

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO N.º 5 • SEMESTRAL • DEZEMBRO 2022 • PVP 10,00€

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº5 · SEMESTRAL · DEZEMBRO 2022

07

COMO EU VEJO O MEU S. BRÁS

José d'Encarnação

10

O LIVRO DE HÓSPEDES DA POUSADA

José Manuel Antonino Belchior

16

DR. MEDEIROS GALVÃO

J. M. Varela Pires

20

A "FADA VERDE" DO ALPORTEL

Gonçalo Duarte Gomes

27

O MEU OUTRO EU

César Correia

32

DIA DE ANIVERSÁRIO

Dora Nunes Gago

34

O PAPA-FIGOS

Noémia Pires

40

GENTE DOS MACHADOS

Júlia Neves

48

SÃO BRÁS DE ALPORTEL
E O ALGARVE NA IDADE MODERNA II

José do Carmo Correia Martins

53

DESTINO - AEROPORTO
GAGO COUTINHO

José Manuel Antonino Belchior

55

OUTROS OLHARES
O DECLÍNIO DO SOBREIRO

Alfredo Cravador

65

NOVA AUTORA
DESTA EDIÇÃO

Noémia de Sousa Cavaco Pires

EDITORIAL

Naturalmente, muito nos regozijamos por termos logrado levar a bom porto mais um número de *SBA Revista de Cultura*.

Preenche, cremos, a nossa revista um espaço importante: o da memória. Certo é que os nossos mui prezados colegas locais, *O Sambrasense* e o *Notícias de S. Braz* sempre acolheram nas suas páginas os artigos dos seus colaboradores – alguns que são também colaboradores nossos – a remeterem para a divulgação do património histórico tanto material como imaterial da nossa terra. A sua inserção, contudo, numa revista com esse objectivo expresso confere-lhes – sem desprimor! – outro estatuto, quiçá (quiséramos nós!) mais interveniente.

Neste 5º número, regozijamos com a atribuição do nome de Gago Coutinho ao aeroporto de Faro, num hino às suas ascendências são-brasenses. Recordamos Madeirinha, vulto maior da tradição acordeonística são-brasense, dos tempos da saudosa Eugénia Lima. Damos conta do mal de que ora padece o sobreiro e repudiamos a mesquinhez governamental que pouco ou nada percebe duma realidade de indiscutíveis

reflexos económicos.

Lembramos que S. Brás nasceu em torno duma capelinha ao santo taumaturgo. Deliciamo-nos com uma curiosa história de papa-figos, a chamar a atenção para a importância da observação das aves. Verberamos o facto de casas antigas, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras estarem a ser votadas ao abandono.

Evocamos a acção ímpar e benemérita do Dr. Medeiros Galvão e propomos que se lute pela revitalização do actual Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul, a carecer de melhores condições de funcionamento. Encantamo-nos ao folhear o livro de hóspedes da nossa Pousada. Encantamo-nos. Outros tempos, outras ideias! Relembramos – tinha de ser! – o nosso poeta maior, Bernardo de Passos.

Em tempo de escassez de água, mostra-se como a apregoada construção de uma barragem – a «fada verde»! – acaba por não ser solução, atendendo, nomeadamente, às características orográficas e geológicas da nossa serra.

E conta-se como, em não mui recuados anos, se sonhou em ter boa

sala de cinema em S. Brás, projecto que, mercê de variados condicionalismos, que se anotam, não viria a ter o êxito almejado.

Motivos sobejos, enfim, estes, não apenas para ler pausadamente – e guardar! – o nº 5 de *SBA Revista de Cultura*, mas também para nos deixarmos suavemente embeber desta vontade de... enaltecer património!

Boas festas!

A equipa redactorial



Ilustração de José Amândio Afonso Pereira

COMO EU VEJO O MEU S. BRÁS



Desafiei Victor Brito e Martins Guerreiro a contarem como, veteranos, viam agora a sua terra natal, donde há décadas haviam partido.

Não teve Victor Brito a possibilidade de responder ao desafio – que descanse em paz! Martins Guerreiro, por seu turno, embrenhado, primeiro, na luta para ao aeroporto de Faro se dar o nome de Gago Coutinho, e, depois, noutros compromissos prementes, acabou por solicitar adiamento do seu testemunho para a próxima edição. Resta-me, pois, de momento, dar, como sói dizer-se, o pontapé de saída, caso a rubrica venha a despertar o entusiasmo que lhe auguro.

Na agenda cultural *São Brás Acontece*, mantém-se, graças ao devotado dinamismo de toda uma jovem e briosa equipa, a secção «São-Brasenses pelo Mundo», a dar conta de como fomos terra de emigrantes, hoje

espalhados pelos quatro cantos do globo. Há mesmo, aqui e além, consideráveis núcleos de compatriotas nossos, desejosos até que os não esqueçamos mais. Essa rubrica é transcrita no *Notícias de S. Braz*, aumentando-se assim a sua repercussão. E logo aí, nessas conversas, surgem evocativas memórias de um passado mais ou menos longínquo no tempo, sempre todavia bem perto no pensamento.

Para quem, por mor dos estudos a prosseguir ou para acompanhar os pais em busca de melhor vida, saiu de S. Brás nas décadas de 40 ou 50, são esses tempos os que se têm recordado nas páginas do *Notícias de S. Braz* e já o foram, aliás, também em alguns dos textos inseridos em anteriores edições de *SBA – Revista de Cultura*.

Ainda que a vivência de cada um seja, naturalmente, variada, muitos pontos comuns haverá, mormente no respeitante a hábitos alimentares, fainas agrícolas, ambiente socioeconómico, festividades, artesanato... Por conseguinte, com mais ou menos tintas, esse quadro vem sendo pintado – e bem.

Algo, porém, será susceptível de partilha, para além da emoção de reencontrarmos os mesmos valados com as mesmas pedras, os mesmos nós nos troncos carcomidos das alfarrobeiras, aquela azinheira enorme, o cheiro da terra vermelha...

Lembro-me da inesperada sensação que tive, quando, em Salento, no já longínquo Fevereiro de 2002, entre os mares Jónio e Adriático, me voltei para os meus colegas e lhes disse, numa admiração: «Mas valados assim, de pedra seca, a dividirem os terrenos, e esta terra vermelha são os do meu Algarve!». A terra vermelha não se esquece!...

Não me impuseram as circunstâncias da vida a necessidade de vir regularmente a S. Brás para cuidar de casa ou propriedade recebida por herança ou por aqui ter adquirido residência de Verão. As minhas maiores recordações são, pois, as das férias grandes dos anos 40 e 50, quando – felizes de nós! – havia mesmo três meses de férias e assim podíamos andar de casa em casa, de avós paternos e maternos, de tios e de padrinhos... Dessas andanças já tenho escrito e falado¹; prefiro agora ao olhar saudoso outros olhares.

1. Os prédios

Os prédios abandonados (e também os moinhos e outras estruturas rurais) são a minha primeira dor. Fazem-me doer a alma. Escondem partilhas por fazer, papéis amarelados perdidos em gavetas, outros afazeres prementes... enquanto a corrosão aumenta; o telhado já caiu ou arrisca-se a cair que as traves estão a ser devoradas pelo bicho; a erva cresce por todo o lado, portas quase não há... Um dó d'alma!

E diz-se que se pretende zelar pelo património.

Estas casas estavam adaptadas ao clima, às necessidades quotidianas d'outrora, trazem no rosto as características da arquitectura local.

Sim, estão velhas, não servem. Aquela trave da chaminé carece de ser levantada para que mais nenhum bebé lá bata com a cabeça por descuido de quem o leva ao colo. Aquele poço há que limpá-lo. Urge ligação à rede do saneamento básico...

E os herdeiros não têm dinheiro que preste para um investimento duvidoso.

¿E se os homens-bons do concelho ou dos concelhos algarvios se sentassem a uma mesa, como se assentavam os homens-bons em tempos medievais, para olharem para essas ruínas com outros olhos que não apenas com os gulosos da venda a holandeses, franceses, ingleses, americanos e quejandos que porventura desrespeitarão a estética antiga, além de que, sendo imigrantes, não contam para as estatísticas eleitorais?...

Nada impede que se sonhe.

Eu sonho.

A criação, a nível local ou regional, de uma entidade que saiba congregar interesses e integre juristas (para ajudar na resolução dos problemas legais) e arquitectos (para os projectos de recuperação). Uma espécie de gestora deste vasto condomínio. Capaz de receber os necessários apoios a nível governamental e autárquico.

Quiçá se lograria também, assim, aumentar a população residente e... votante! E eu insisto na palavra 'votante' porque há, como se sabe, uma 'Lisboa' que só consegue raciocinar (coitada!...) em termos de 'boletins de voto'...

2. Os frutos secos

Joaquim Dias, no editorial da edição de Setembro do *Notícias de S. Braz*, intitulado «Ouro negro do Algarve cada vez mais cobiçado», alerta para o número crescente de roubos de alfarroba, «mais de 32 toneladas»

¹ *Permita-se-me que assinale: Pelas veredas da História... em S. Brás de Alportel, Apenas Livros, Lisboa, 2006; Pelo Barrocal Algarvio. Apenas Livros, Lisboa, 2021.*

apreendidas pela GNR neste ano de 2022 até princípios de Agosto. Roubo consumados «quer ainda na árvore quer em armazéns já ensacadas e preparadas para os proprietários as venderem». Tem começado a ser necessário ficar alguém no armazém a guardar os sacos, antes que o gatuno apareça e os leve.

Nesse mesmo número do jornal (p. 16), Vítor Pires escolheu para mote do seu poema «O roubo da alfarroba» a quadra

*Onde será que isto vai parar
Tal coisa nunca existiu
Tanto ladrão a roubar
O nosso ouro algarvio.*

Descobriu-se, finalmente, o valor da alfarroba. Da amendoeira se descobrira antes. E das figueiras. E das oliveiras. E nós passamos devagar e vemos as amêndoas por apanhar, os figos a cair num desejo de inexistente almeixar, as azeitonas no choro de lagar aonde já ninguém se prontifica a levá-las...

Que fazer, se os proprietários não têm verba para pagar a quem apanhe? Ou melhor, quando já não há quem queira dispensar o subsídio de desemprego de valor bem superior ao que o proprietário oferecia como estipêndio?!

E assim, não apenas pelos Algarves mas por esse País além, se nos deparam «muitas oliveiras carregadas de azeitona preta que só os pássaros vão comendo», como escreveu João Lourenço Roque, em relação a terras próximas de Castelo Branco, na Beira Interior².

Que fazer?

O são-brasense que não tem propriedades decerto não compreenderá esse abandono, mormente se por aqui adregar passar em altura tradicional da apanha.

E sonha.

Sonha com a possibilidade de uma empresa municipal ou uma instituição com o apoio do Município e – porque não? – com dinheiros vindos de um desses programas comunitários que (dizem) hão por finalidade zelar pela qualidade do ambiente, erguerem um projecto em que, em colaboração com os proprietários, o propósito seja o de não deixar os frutos secarem na árvore ou morrerem jazendo inúteis pelo chão.

Será tão difícil assim?

O são-brasense emigrante crê que não. Haja boa vontade, clarividência e... ousadia!

Ao vir a S. Brás, donde novo teve de sair, gostaria de ver bem depressa tais riquezas em vias de bom aproveitamento. Para enriquecimento de todos.

José d'Encarnação

² *Digressões Interiores, Coimbra: Palimage, 2011, p. 82.*

O LIVRO DE HÓSPEDES DA POUSADA



Desenho a tinta-da-china da autoria de Alexandrina Chaves Berger

“A recordar os belos dias aqui passados... digo belos porque o ambiente familiar, de comodidade e simpatia que os seus Exmos. Concessionários conseguiram imprimir-lhe é de aliciar. Bem hajam”. Agosto de 1957.

Que saudade e nostalgia nos traz o desfolhar do livro de hóspedes n.º 4, talvez o mais bonito de quantos na posse do Museu do Traje / Casa da Cultura António Bentes, em São Brás de Alportel!

O livro de hóspedes n.º 4 da Pousada de S. Braz d'Alportel, dos 8 conhecidos, foi encontrado no lixo da proximidade, em mau estado, pelo seu antigo funcionário polivalente Paulino Viegas das Neves. Foi restaurado. É uma

preciosidade a mostrar a presentes e vindouros.

Foi iniciado a 31.03.1952 e finalizado a 25.11.1957. Alguns artistas, nacionais e estrangeiros, nele dedicaram o seu tempo, de repouso e contemplação, na pintura, nos versos e prosa elogiosa. É delicioso abri-lo e constatar.

Memórias doutros tempos, dum local onde se respirava paz e tranquilidade. Um tempo vivido de outra maneira. Os hóspedes da Pousada de S. Braz d'Alportel, como se denominava, portugueses e estrangeiros de várias nacionalidades, expressaram nesses livros os seus estados de alma, poderá dizer-se, sempre abonatórios da boa hospedagem.

Qualidade exemplar era a nota alta apresentada nas afirmações escritas, em prosa, em verso, em desenhos a tinta permanente e da china, a lápis de carvão, e em encantadora aguarela aqui reproduzida.

É de outro tempo, em que o tempo, ao que nos parece, não contava. Ambiente acolhedor, simpatia, boa mesa, extraordinária envolvência de magníficas paisagens e excelente clima. O Algarve, em volta, das décadas de 1940-50, era onde só a terra e o mar determinavam a maneira de viver das suas gentes.

Antigo reino isolado de Portugal e do Mundo, por vezes acessível por mar e quase intransponível por terra, foi o Algarve esquecido dos poderes instituídos até que os estrangeiros, mais que os portugueses, descobriram as suas potencialidades turísticas. Pelo Mundo civilizado, do pós 2.^a Guerra Mundial, as férias pagas começavam a proporcionar tempo de lazer a usufruir noutras paragens, benefício social então desconhecido dos portugueses por algumas décadas mais.

A Pousada distinguia-se do meio envolvente.



A fachada poente da Pousada de S. Braz d'Alportel com a varanda em arco da sala comum de onde se abarcavam as melhores vistas. Foto de H. Novais.

Era frequentada por gente de alta e média-alta sociedade, curiosamente de todo o mundo, antes de o turismo despontar pelo Algarve nos anos 60. Foram presidentes, embaixadores, nobreza, algumas destacadas figuras da elite portuguesa e do Estado Novo, a registarem a sua passagem nos livros de hóspedes da Pousada.

Os são-brasenses sentiam-se orgulhosos por ter sido eleita a sua localização num serro sobranceiro à Vila, e pela notável inovação. Dispunha de água corrente, fria e quente, frigorífico, aprazíveis espaços ajardinados, um mini-zoo de animais para consumo (galináceos, patos, porcos, etc.) em ambiente propício para a fotografia e contemplação das serras do Caldeirão, a norte, e do Monte Figo, a sul; ao longe, Faro e o Oceano Atlântico, com São Brás de Alportel, sorridente, aos nossos pés.



“O Moinho da Pousada”.

Aguarela de Luís A. S. Moraes de Carvalho. 23.06.1954, livro de hóspedes n.º 4. Foto de H. Novais.



“Os Moinho da Pousada”.

Óleo da autoria de G. Meantils (França) - “Le grand air, le clair soleil, le calm reposant, l'accueil de tous, la bonne chère font de ce lieu un séjour idéal” (O ar livre, o sol brilhante, o acolhimentos de todos, a boa comida fazem deste lugar uma estadia ideal) 28.07.1955, livro de hóspedes n.º 4. Reprodução parcial de foto de coleção de autor desconhecido, fevereiro de 1955.

Os são-brasenses só vieram, paulatinamente, a usufruir desses avanços civilizacionais mais de 2 décadas depois. Por perto, dos 3 moinhos que existiam, 2 continuaram em laboração e a despertar curiosidade nos visitantes.

A segunda-feira de Páscoa era dia para os locais, em romaria, celebrarem com merenda vespertina nos terrenos em volta e saborearem o tradicional foliar.

Inaugurada a 11 de abril de 1944, era a 5.ª pousada a nível nacional e a primeira no Algarve, em edifício novo, de raiz. A Província pouco tinha de alojamento para os turistas. Em 1951 - lê-se no livro “Fragmentos para a História

do Turismo no Algarve”: a situação da hotelaria algarvia era deplorável: 4 hotéis, 3 pensões e uma casa de hóspedes; Em 1960, existiam apenas 1 hotel de 1.ª classe, 2 hotéis de 2.ª, 1 estalagem e 28 pensões (pgs. 202 e 203).

Deu grande impulso inicial para o desenvolvimento do turismo algarvio o são-brasense Comendador Domingos Sancho de Sousa Uva. Teve papel de relevo, em 1960, com a inauguração do Hotel Vasco da Gama, em Monte Gordo, ao mesmo tempo que surgia o Hotel Meia Praia, em Lagos. A 2.ª pousada no Algarve, com a designação de Pousada do Infante, em Sagres, veio a ser inaugurada a 24 de maio de 1963.



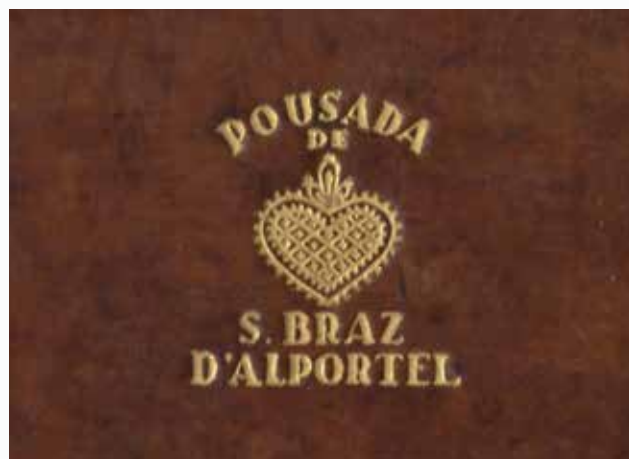
“A Atracção dos Garotos”.

O depósito da água disfarçado de pombal. Desenho a lápis de carvão, acompanhado de versos, da autoria de Maria Helena Santos e Castro: “Há tempos quando chegámos / Em noite de temporal / A doce calma encontrámos / Dum tecto de Portugal / Nesta segunda estadia / Já pensámos com prazer / Que breve nos chegue o dia / Daqui, de novo bater!”. 15.03.1957. Foto de H. Novais.

Foi a inauguração do Aeroporto Internacional de Faro, a 11 de julho de 1965, que catapultou, em definitivo, o Algarve para a ribalta do Turismo Mundial.

Outra figura histórica de relevo mundial, com raízes são-brasenses, deu recentemente

o nome ao Aeroporto Internacional de Faro, que passou a designar-se Aeroporto Gago Coutinho. Também este nosso herói assinalou a sua presença no livro de hóspedes n.º 3, a 31 de julho de 1949 (SBA-RC-3, pg.63).



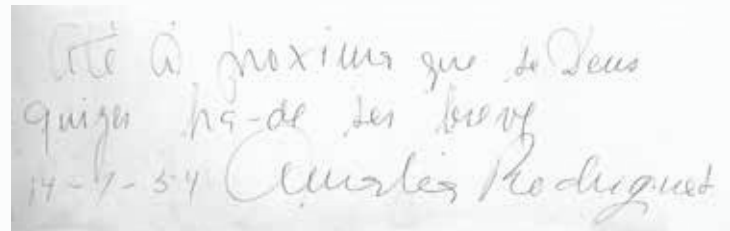
Casa de campo na provável proximidade da “Pousada de S. Braz d`Alportel”. No desenho a lápis de carvão, com assinatura ilegível, vê-se um muro decorado com corações, símbolo do antigo estabelecimento, e que dá o nome ao novo empreendimento - uma cooperativa composta por 300 cidadãos dinamarqueses – “Andelsselskabet Coração do Algarve”. É uma das muitas curiosidades do livro de hóspedes n.º 4, de junho de 1957, do qual se apresenta a capa.



Cinzeiro; painel de azulejos a representar São Brás, à entrada da grande sala comum da Pousada de S. Braz d'Alportel, desaparecido com obras de remodelação; saco de transporte de merenda ofertado aos hóspedes nas digressões de ida e volta ou de saída.

Amália Rodrigues deixou o seu voto, a 14 de julho de 1954, no livro de hóspedes n.º 4, “de voltar em breve”:

A Pousada de S. Braz d`Alportel afirmou-se durante mais de 15 anos como modelo, onde o cliente era tratado pelo nome próprio e diferenciação social. Assim continuou, até 2014, no seu papel pioneiro do turismo algarvio de qualidade.



Até à próxima que se Deus
quizer há-de ser breve
14-7-54 Amália Rodrigues



Aspeto noturno da primitiva entrada principal da Pousada de São Braz d`Alportel.

DR. MEDEIROS GALVÃO

Uma Alma Sambrazense

À saudosa memória do mais distinto Médico Pneumotisiologista, Dr. Gabriel Pereira Medeiros Galvão, que exerceu clínica mais de meio século no âmbito da sua especialidade profissional, aqui em São Brás de Alportel, num tempo em que especialmente a tuberculose dizimava famílias.

por Varela Pires

O Dr. Medeiros Galvão foi médico especialista em Pneumotisiologia e cerca de 40 anos Diretor Clínico do nosso Sanatório, fundado pelo portuense Dr. Carlos Vasconcelos Porto, da CP, e inaugurado em 8 de setembro de 1918, e primitivamente destinado a tratar os trabalhadores dos Caminhos de Ferro Portugueses. Aqui, no Sanatório dos Almargens, Medeiros Galvão permaneceu todo um longo tempo até à sua reforma oficial (1937- 1977).

Este edifício, depois de adaptado, encontra-se nos nossos dias – desde 2002 – unicamente dedicado à Medicina Física de Reabilitação, fazendo parte do CHUA (Centro Hospitalar Universitário do Algarve).

De 1977 até perto do seu falecimento continuou particularmente a exercer clínica na sua residência, na Fonte da Pedra (São Brás de Alportel).

Conheci-o pessoalmente, era eu então muito novo, no próprio Sanatório, situado nos Almargens, quando a tuberculose dizimava



Dr. Gabriel Pereira Medeiros Galvão

sem entrave por todo o mundo, inúmeros jovens e idosos de ambos os sexos.

E, mais tarde, acabado o Curso de Medicina e Cirurgia, ofereci-me para aí trabalhar no âmbito do INAT/SLAT, a par do Serviço de Saúde Pública exercida no antigo Centro de Saúde de São Brás de Alportel. Aqui, nos Cuidados Primários, então sob a direção de outro clínico,

o Dr. Mário Porto (pai), que era delegado de Saúde do nosso Concelho.

Medeiros Galvão foi um médico extraordinariamente competente, simpático, dedicado, condóido, rígido no cumprimento das terapêuticas, tanto ou mais exigente com ele próprio como com os que trabalhavam sob a sua orientação, para que todos os serviços do Sanatório funcionassem de modo a servir qualificados e com êxito todos os doentes que a ele acorressem. E eram tantos!... E foram tantos, tantos! Muitos vinham na última... Uns desanimados, outros ainda cheios de uma fé contagiosa.

O Dr. Gabriel Pereira Medeiros Galvão, médico, formado em Medicina e Cirurgia na Faculdade de Medicina de Lisboa e com a Especialidade de Pneumotisiologia, era natural dos Açores, nascido na cidade de Lagoa, Ilha de São Miguel, em 17 de Outubro de 1907, e veio a falecer aqui no Algarve, na nossa terra de São Brás de Alportel, de doença vascular, em 13 de Abril de 1993, com a idade de 85 anos.

Em Lisboa, estagiou nos vários Hospitais Cívicos (o H. São José e o Hospital do Lumiar, por exemplo). Nos anos que se seguiram, exerceu clínica nos Serviços de Pneumologia do Centro Hospitalar de Zurique, na Suíça, aqui tomando conhecimento com os mais modernos meios usados com êxito nas doenças pulmonares, em especial na tuberculose pulmonar, tendo aí mesmo atualizado a sua especialidade médica.

Numa reunião interpaíses, nos USA, os congressistas de vários países distinguiram o Dr. Gabriel Pereira Medeiros Galvão como Membro of American College of Chest Physicians.

A população de São Brás de Alportel, após a sua morte, erigiu um monumento em sua homenagem, em plena vila. Todavia, o melhor monumento está no coração de todos aqueles que ele tratou e salvou de uma patologia inevitavelmente mortal, por esse tempo.

Com o envelhecimento e a doença do Dr. Alberto Sousa, médico que vinha prestando assistência ao Sanatório, vai faltar quem possa gerir e dê assistência permanente ao Sanatório de São Brás de Alportel.

Em 1937, ao Dr. Medeiros Galvão é proposto pelo Ministério da Saúde que assuma a clínica e o cargo de Diretor do Sanatório do Sul, o da nossa terra. E ele aceita, dedicando-se com todas as suas energias a todas as tarefas, incluindo a da Administração.

Os doentes acorrem aos Almargens e as curas sucedem-se, não lhe deixando tempo para o repouso necessário. Trabalha todos os dias, e até altas horas da noite!... E Medeiros Galvão continua a caminhar para o seu "burnout" (excesso de trabalho) e contágio, adoecendo gravemente. Recusa-se a sair de São Brás para se tratar. Cada vez mais doentes precisam dele!... É então que a sua mãe (que cuidados lhe vai dando este filho!...) vem dos Açores, da sua casinha, na Ilha de São Miguel. Aí vem ela, apressadamente, a São Brás de Alportel exigir-lhe, para bem dele, que peça ao Governo de Lisboa licença do INAT para se ir tratar na Suíça, onde iria permanecer pouco mais de um ano, em tratamento. E ele, tão fraco se sente, tão doente, que obedece à exigência da mãe!...

Na Suíça, não só se trata; mas cura-se e toma conhecimento, ao mesmo tempo, dos métodos e fármacos, ainda muito mais poderosos, usados para a cura da tuberculose.

E regressa a São Brás de Alportel, recuperado, onde encontra centenas de pessoas, semana a semana, vindas de longe em procura da cura, junto do colega que o substituiu, também exausto em termos de trabalho.

Então, mais uma vez, a "luta antituberculosa" vai continuar, e ele convence-se de que terá que repousar, mas também não mais poderá

ausentar-se tantos meses do Sanatório de São Brás de Alportel. Férias?!... Nem pensar! Só muitos anos depois. É que a saúde e a vida de tantas famílias que acorrem ao Sanatório estão “nas mãos dele”!

Estou, mais uma vez, nos Açores, na Ilha de São Miguel. Mais propriamente na cidade de Lagoa, na costa sul desta paradisíaca Ilha de São Miguel.

Aqui voltei!... A cidade de Lagoa continua a ser, nos nossos dias, uma povoação essencialmente de oleiros e pescadores, e gente ocupada em serviços na Cidade de Ponta Delgada, e ainda alguns trabalhando na sua lavoura.

A par, quase todas as famílias sempre possuíram pequenos terrenos que cultivam nas horas vagas, de modo alternado, quando o mar fica bravio e lhes impede a atividade da pesca. Nas mãos dos oleiros, especialmente das mulheres, predominam as figurinhas de barro nas suas formas mais bizarras, incluindo as do presépio, peças que são vendidas aos turistas, nos mercados e nas frequentes montras ou feiras.

Entro na igreja paroquial, onde a luz solar se filtra, pelos coloridos vitrais, criando uma poalha de ouro, aumentando a palidez angelical dos rostos das imagens religiosas, ali colocadas naquela quietude fria, num convite à oração. Sinto que o espaço interior do templo é rico em arte sacra. E tudo o que vejo naquela hora preenche a minha alma. No entanto... vivalma!...

À hora em que aqui entro, a maioria da população está ocupada nos seus afazeres diários, na luta pela sua própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, vou inquirindo pela família do Dr. Medeiros Galvão e pela sua história, e volvem-me com um desconhecido encolher de ombros e um desconhecimento total. Persisto, entretanto. Persisto!

Depois de demorada procura, aleluia!... Consigo travar conversa com o Sr. José de Resendes. Quase centenário, o Sr. José acompanha-me à mesa do café, com a sua dificuldade de andar, apoiado no seu “andarilho”.

E recorda-se do antigo notário, o falecido Sr. Dr. Galvão (pai), que era casado com uma professora do Ensino Primário. Este casal tinha três filhos, dois rapazes e uma rapariga, que abalaram havia muitos anos com a mãe para o “Continente” (Lisboa) com o objetivo de continuar os estudos. A filha era bonita e tinha uns olhos salientes, dizia sempre o meu saudoso tio. O pai do senhor Dr. Medeiros Galvão ficou ainda uns tempos largos nas suas funções oficiais de notário.

E o senhor Resendes dispõe-se, esforçadamente, apoiado nas suas canadianas, a indicar “in loco” onde os seus familiares lhe tinham dito que era o Cartório, no rés-do chão, e a residência da família do notário no 1º piso. Hoje, o que resta do edifício ainda faz parte da olaria que o ocupou e que, pelo aspeto que apresenta, se encontra severamente envelhecido, necessitando de obras. Do quintal, com a vegetação abandonada, espreita-se o mar azul-ferrete e a ondulação quebrando desde longe, galopando os rochedos da costa. Escorro o olhar pelas paredes com grandes manchas de tinta seca, solidificada e caída, permitindo ver anteriores pinturas, umas sobre as outras.

Entro. Com encanto e admiração, olho as numerosas peças da olaria, e passo as mãos pela pintura e pelo vidro dos jarrões, pelas loiças, pelos bonecos estáticos... Enfim, por aquele azul-marinho, pelo solene ocre castanho envelhecido, deixando o olhar fixo nos belos motivos rústicos, qual “retrato” ilhéu, figurativo, prene de solidão e de um tempo de outrora, perdido!...

Por altura de Julho, não sabe datar, a professora da Escola Primária chama a atenção da colega e mãe do Gabriel para que não os “perca de vista”, pense no futuro daqueles miúdos e seus filhos. E em especial de entre os três, destaca o Gabriel: – “Este, aqui, este é o mais inteligente e estudioso”, afirma a professora, colocando-lhe o braço por cima dos ombros. – “Vai longe!... Irá longe!... Que nunca lhe falte a coragem, colega!...”

Como em tudo: nos estudos, na aprendizagem, na vida e na profissão que escolher!

A mãe poisa o olhar sobre os filhos e fita-os, com aquele tipo de dúvida e... meia certeza que todas as mães têm em relação à sua prole, nestas idades. Irá, irão, ela e o marido fazer tudo pelo progresso daqueles amores.

Ambos, ela e o marido, são funcionários do Estado, durante a 1ª República. Não são ricos, nem nada que se pareça, mas farão todos os sacrifícios à medida que o sucesso escolar dos filhos o permita e simultaneamente os incentive.

Tudo isto o Sr. José de Resendes ouvira o seu saudoso pai contar.

Olho lá fora, emocionado, lá ao longe, naquela inundação azulínea, caindo sobre o cavado fundo e arroxeadado da ondulação, aqui e além refletindo uma extensa paz esverdeada, como me parece não haver “outra” igual naquela ilha. Mais embarcações, cortando as ondas, baloizam. Vêm regressando ao porto de pesca de Lagoa.

Pensei, então. Tinha vindo de propósito ao encontro da infância do Dr. Medeiros Galvão e encontrara apenas quem me falasse daquele Gabriel de outrora que, após as aulas, descia a correr a brincar ao porto, abraçado à pasta dos livros. E deparava-me com aquele Gabriel ausente, que dali partira tão novinho para o continente português, para se dedicar aos

outros, aos doentes.

Cá em cima, na estrada de terra, outros miúdos da sua idade de outrora, jogam à bola, numas correrias desenfreadas; ao fundo do caminho, um lavrador vem guiando uma “coluna” de bois e vacas, de regresso aos currais.

Muitos tinham ouvido falar do Gabriel que tinha ido estudar para Lisboa, e de anos em anos regressava de visita à sua Ilha de São Miguel, à sua cidade de Lagoa, para mitigar saudades, mas nunca o haviam conhecido pessoalmente.

O Dr. Medeiros Galvão amou São Brás de Alportel e as nossas gentes com uma dedicação tal que nunca mais escolheu qualquer outra terra para viver e trabalhar. Quem precisasse dos seus cuidados clínicos, teria de vir a esta terra do Sul, a São Brás de Alportel.

Para além de médico famoso, especialista em doenças pulmonares, foi político, foi deputado na Assembleia Nacional no regime de então, exerceu clínica no Sanatório do Lumiar, e noutros hospitais de Lisboa, e ainda na Suíça, tendo-se fixado depois e definitivamente no Algarve, mais propriamente na nossa terra, exercendo clínica no Sanatório de São Brás de Alportel.

Quer no trato, quer na pessoa em si mesma, foi inesquecível!... Uma alma verdadeiramente sambrasense!

Varela Pires

A “FADA VERDE” DO ALPORTEL

Na edição de 8 de Maio de 1927 do jornal *Ecos do Sul*¹ lia-se, com honras de manchete, um artigo de opinião de Estanco Louro intitulado *O Alportel e a fada verde*.

Nesse escrito, o insigne sambrasense advogava a construção de uma barragem² em São Brás de Alportel, a propósito de um

edital da Direcção Geral do Ensino e Fomento do Ministério da Agricultura que, por aqueles tempos, abria um concurso de anteprojectos para oito albufeiras para irrigação no Sul do País, sendo duas delas previstas para a região do Algarve.

O que levaria Estanco Louro a reivindicar tal ideia? E faria então, naquele tempo, sentido?



Figura 1 – Extracto da primeira página da edição de 8 de Maio de 1927 do *Ecos do Sul*, com destaque do artigo de Estanco Louro (Hemeroteca Digital do Algarve)

¹ Quinzenário regionalista independente, sediado e publicado em S. Brás de Alportel, entre 1913 e 1929, durante dois intervalos distintos, que não deve ser confundido com o periódico homónimo que, entre 1937 e 1952, foi publicado em Vila Real de Santo António. Consultado através da Hemeroteca Digital do Algarve:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2026235_1927-05-08_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

² Referida através da respectiva albufeira, ou seja, do plano de água resultante do enchimento da barragem.

Porquê uma barragem?

Estanco Louro considerava, no seu artigo, existir uma “necessidade inadiável de irrigar uma boa parte do solo alportelense”. De igual forma, considerava haver “no Alportel (...) condições de preferéncia para se construir ali uma das albufeiras algarvias”, entendendo que uma outra deveria ser instalada algures no Barlavento. Mais: não se furtava a apresentar argumentação racional e analítica, para além de razões “sentimentais ou estéticas”.

Desde logo, apontava os substratos geológicos herméticos do troço superior da bacia hidrográfica da ribeira de Alportel como garante da necessária impermeabilidade da zona a inundar, na construção de uma barragem. A esse factor aliava ainda o previsivelmente baixo valor de expropriação dos terrenos serranos em causa.

Seguidamente, identificava os potenciais pontos de destino da rega, contabilizando “mais de 2.000 hectares de serra humosa, rica, fértil, com uma população densíssima que não deixaria desperdiçar uma gota de água”. Esta vasta área, distribuída ao longo do Vale de Alportel e dos planaltos da Vargem da Cova, Campina ou S. Brás – alcançando este Vargem do Pombo, Peral ou Poço Largo – além de garantir a fertilidade de solo capaz de otimizar a utilidade da rega, assegurava o diferencial altimétrico na proporção adequada “para se evitarem trabalhos acessórios”.

Pelas razões aduzidas, considerava Estanco Louro que a paisagem sambrasense

reunia condições absolutamente ideais para a instalação de uma tal infra-estrutura. Como chave de ouro do seu argumentário, evocava ainda a designação de “fada verde”, alegadamente atribuída pelos franceses à água, “pelas maravilhas e milagres que a electricidade das quedas de água vai operando por toda a parte”, considerando que “no Alportel, não faria milagres mais pequenos nem menores maravilhas – faria duplicar, nalguns anos, a produção, os rendimentos do Estado e os do município e (o que é mais inapreciável e melhor) a população”.

Fantasia?

Estanco Louro foi um estudioso de assinalável relevância. No contexto sambrasense (e até, porventura, algarvio), afirma-se mesmo como figura ímpar. Animado pelo positivismo humanista do seu tempo, para o qual a ciência constituía a única via válida para a obtenção de verdadeiro conhecimento, analisou e contextualizou, do ponto de vista etnográfico, histórico, social, económico e até ambiental, a realidade do jovem concelho de São Brás de Alportel, no primeiro quartel do século XX. O resultado foi *O livro de Alportel*, entregue no Ministério da Agricultura para composição e publicação, em Novembro de 1925³.

Esta obra, mais do que condensar o passado, procurava projectar o futuro, alicerçado nos

³ Por vicissitudes diversas, apenas seria publicado muito mais tarde, em dois volumes do *Boletim do Ministério da Agricultura*, entre Julho de 1928 e Junho de 1929.

pilares da identidade local, a única base que o autor considerava sólida o suficiente para assentar propostas viáveis e duradouras, que não fossem “filhas desconformes de exotismo rábido, nem utopismos de fantasia mórbida, nem paradoxos de diletantismo mental”⁴.

É, portanto, seguro afirmar que todas as suas afirmações, ademais envolvendo a sua amada terra e o seu futuro, seriam fruto de apurada ponderação e cuidada fundamentação. De resto, no próprio artigo remete o leitor para argumentos expostos n’*O Livro de Alportel*, pese embora a obra, à data da publicação do artigo, não tivesse ainda visto a luz do dia.

Consultando essa monografia, a água é tema várias vezes referido. Destacando-se uma, a título de exemplo, considerando a caracterização da rede hidrográfica do concelho feita em momento anterior, e fazendo contas à questão da irrigação, Estanco Louro afirma crer “aínda longínqua, desgraçadamente, a construção de albufeiras, porque a Câmara não pode e o Estado... mas possível e prática, para já, a construção de um vasto depósito de águas na Tapada, que seriam levadas por um motor conveniente, a vários depósitos, pelo Vale de Alportel”⁵.

Mais intrigante resulta a sua referência à “fada verde”. Não apenas por não ser perceptível se a “electricidade das quedas de água” referida é literal – no sentido da produção hidroelétrica – ou figurativa, evocando um *genius* global, que a presença de água aporta a qualquer paisagem, mas também pelo facto

de as grandes referências francófonas à “fada verde” se reportarem não à água, mas antes ao absinto⁶.

Ou potencialidade?

Verifica-se então que este sonho de Estanco Louro, tentando colocar S. Brás na liça da longa discussão das reservas hídricas superficiais do Algarve⁷, possuía uma base argumentativa desenvolvida. E um olhar rápido à fisiografia confirma parte das suas ideias.

A rede hidrográfica do concelho de São Brás de Alportel é marcada por acentuada densidade, para a qual muito contribui o acidentado relevo serrano. Divide-se por cinco bacias hidrográficas importantes, associadas a outros tantos cursos de água principais – ribeiras de Odeleite, Fronteira, Alportel, Mercês e Rio Seco – o que torna o concelho de S. Brás de Alportel um dos pontos de distribuição hidrológica mais importantes do Sotavento algarvio. Esta distribuição processa-se através de quatro festos (cumeadas) principais, de onde se destaca o festo que atravessa o concelho na direcção nascente – poente, e que separa a bacia do Rio Seco das restantes bacias hidrográficas. O facto de serem maioritariamente zonas de cabeceiras de linhas de água e troços iniciais das bacias,

⁴ Louro, E. (1996) [1929]. *O Livro de Alportel*. São Brás de Alportel, Câmara Municipal de S. B. de Alportel, p. 470.

⁵ Louro, E., op. cit., pp. 133-134. A referida zona da Tapada situa-se na proximidade da Fonte da Silva.

⁶ Bebida alcoólica criada em finais do séc. XVIII como substância medicinal, destilada a partir de um conjunto de ervas, que inclui anis e funcho, possui propriedades alucinogénias – popular entre a comunidade artística de finais do séc. XIX/início do séc. XX – sendo igualmente denominada de *le péril vert* (o perigo verde) em França, ao ponto de ser proibida.

⁷ As primeiras barragens algarvias – Arade e Bravura – apenas viriam a ser construídas na década de 1950..

com vales estreitos e muito encaixados, com reduzida capacidade de escoamento e encaixe de volumes de água, levanta sérias dúvidas sobre a viabilidade do empreendimento sonhado por Estanco Louro.

Mais ainda, o caudal destas ribeiras depende, quase exclusivamente, da precipitação atmosférica, sendo por isso torrencial. Na verdade, durante a época estival, secam em praticamente toda a sua extensão.

Estas águas correm e secam sobre um substrato geológico – determinante para as dinâmicas hidrológicas – que se divide, fundamentalmente, em dois grandes blocos, com um “intruso” pelo meio.

A Serra, que constitui cerca de dois terços da área do concelho, é caracterizada por formações do Paleozóico, constituídas por xistos e grauaques (rochas impermeáveis), de natureza metamórfica.

Mais a sul, o terço inferior do território de S. Brás de Alportel é domínio do Barrocal, constituído por formações cársicas (friáveis e permeáveis) do Mesozóico, como calcários, calcários margosos, margas e dolomitos.

Entre estas duas grandes unidades geológicas “intromete-se” um vale geralmente alargado, embora pontuado por zonas estreitas, de substrato caracterizado pela existência de diversas falhas, que persistem como memória de marcada actividade vulcano-sedimentar. Nas encostas a norte deste vale, nas faldas da Serra, é possível encontrar uma pequena zona de arenitos avermelhados do Triássico, bem como conglomerados e margas coloridas, enquanto no centro do vale e encostas a sul pontuam pequenas manchas de rochas intrusivas.



Figura 2 – Rede hidrográfica do concelho de São Brás de Alportel, com identificação das bacias hidrográficas das ribeiras de Odeleite (A), Fronteira (B), Alportel (C), Mercês (D) e do Rio Seco (E)

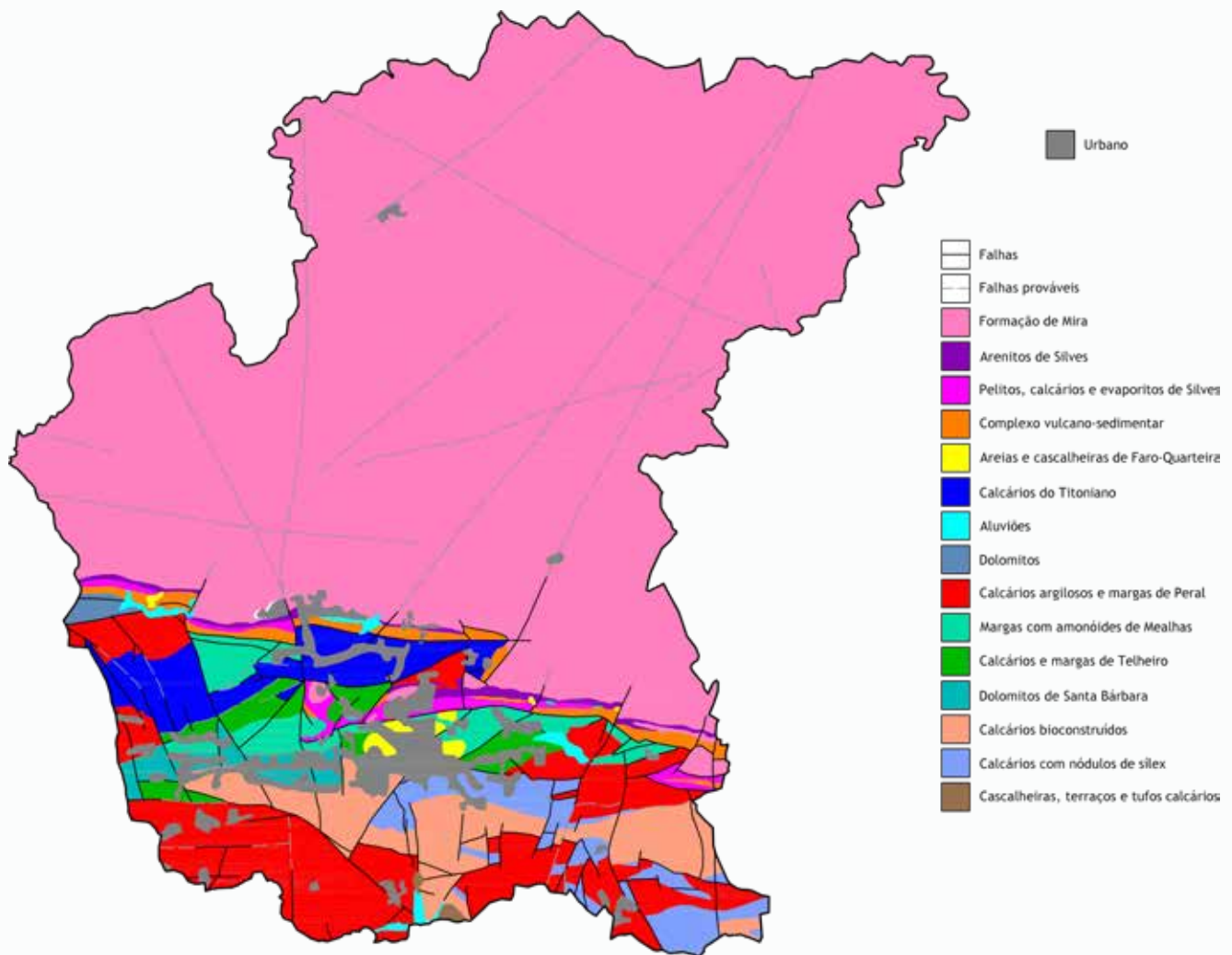


Figura 3 – Carta geológica do concelho de São Brás de Alportel (a partir da Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia)

Se a fisiografia confirma parcialmente os pressupostos biofísicos de suporte a uma albufeira para abastecimento de regadio, as actividades económicas potencialmente destinatárias da rega não os desmentem. De facto, a economia sambrasense era, no primeiro quartel do século XX – e até bem

depois, pelo menos até à entrada do último – baseada no sector primário. O que é bem atestado pelo diagnóstico realizado por Estanco Louro, identificando que, à data, cerca de 72% da área do concelho era coberta por variadas formas de cultura da terra⁸.

⁸ Louro, E., *op. cit.*, pp. 133.

Mudam-se os tempos...

Os tempos mudaram, e Estanco Louro teria dificuldade em reconhecer o perfil económico da sua terra.

O São Brás de Alportel agrário deu lugar a uma economia em que, “de acordo com dados de 2017, (...) o sector primário empregava 3,3% da população activa, enquanto o secundário representava 32%. Concentrando 64,7% da população activa, o sector terciário (maioritariamente comércio a retalho, estruturado em pequenas lojas) constituía – e constitui – o cerne da actividade económica no concelho”⁹. Longe, portanto, da economia quase fisiocrática de inícios de século XX.

Mas, para além dos tempos, também o tempo mudou.

Os dados pluviométricos disponíveis para Portugal não cobrem o período em causa. No entanto, permitem-nos caracterizar a evolução da precipitação a partir da década de 1940. Essa análise revela que, em valores médios, a precipitação no Algarve desceu dos cerca de 650 mm, no período entre os anos 40 e 70 do século XX, para os 570 mm, entre 1986 e 2018¹⁰.

Constata-se assim que quase tudo mudou em relação ao contexto que enquadrava as preocupações de Estanco Louro. Não apenas o Algarve se dotou de várias reservas superficiais de água, como a própria captação

de águas subterrâneas, não mais dependente de furos artesanais ou engenhos de tracção animal, usufrui hoje da potência – em regime de quase absoluta gratuitidade – das bombagens mecanizadas. Este conjunto de alterações fez com que o problema do Algarve há muito deixasse de ser a falta de reservas de água, evoluindo para um modelo de consumo excessivo face às disponibilidades, acompanhado de clamoroso desperdício. Neste último capítulo, seguramente não escaparia ao olhar e espírito crítico de Estanco Louro, vivesse ele nos dias que correm, o facto de São Brás de Alportel ser, de acordo com dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, o concelho algarvio com pior desempenho ao nível das perdas reais (ou seja, não contando com erros de medição, fins sociais ou auto-consumos) de água desde 2019, chegando a desperdiçar, em 2020, absurdos 47% de toda a água que recebe no seu sistema de distribuição, o que equivale a assombrosos 870 209 m³.

Por outro lado, a matriz económica mudou e as actividades primárias, potencialmente carentes de regadio, desapareceram por completo.

⁹ Gomes, G. D. (2021). *Um concelho do Algarve calcário*, in *SBA Revista de Cultura*, n.º 2, p. 68.

¹⁰ *Mesmo com uma média empolada, nesta última série, por anos excepcionais como 1989, 1996 e 2010, cada um com valores absolutamente extraordinários, na casa dos 1000 mm. Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.*

Fraca mente faz fraca a forte ideia

A utilidade e substância de uma barragem sambrasense, tal como idealizada por Estanco Louro, esgotou-se. Ultrapassada pela evolução da realidade e da tecnologia, tal ideia transformou-se numa quimera para todos aqueles que a queiram perseguir.

No entanto, verifica-se que sobrevive ainda hoje – seguramente para desgosto e horror de Estanco Louro – no diletantismo mental de muitos. Já não por necessidade, mas por vacuidade. Já não com base em argumentos, mas em inventos e intentos. Já não para regar culturas, mas antes egos.

São Brás de Alportel não é, nem nunca será, um “celeiro” algarvio. Também não pode ser um parque temático aquático. A sua matriz biofísica e paisagística não permite qualquer

uma destas condições. É, no entanto, um concelho que tem uma relação muito particular com os recursos hídricos, de que a sua rede hidrográfica é indelével penhor. Mais ainda, é estratégico para a gestão, a nível regional, deste recurso fundamental que é, na sua disponibilidade para um adequado consumo humano, finito e frágil.

O olhar a lançar sobre a água em S. Brás, tendo sempre presente a responsabilidade que tem para com o restante Algarve – e este para com ela, numa perspectiva de coesão territorial – será então de outra escala, de proximidade, que não a de uma grande e vã obra.

Afinal, importa recordar que as fadas, além de imaginárias, são criaturas pequenas e delicadas, que se escondem nos pormenores...

Gonçalo Duarte Gomes

*Por vontade expressa do autor,
o presente texto é escrito em desacordo ortográfico.*

O MEU OUTRO EU

Serrenhos | Serranos



António Correia, segundo a contar da esquerda, industrial corticeiro, com proprietários de Pero d`Amigos

Na serra algarvia, aonde ainda há 50 anos só se chegava a pé ou de montada, o isolamento moldava o feitio aos nativos, nada afoitos à conversa aberta com quem por lá aparecia, gente de pé atrás e resposta pensada duas vezes antes de qualquer conversa, e três ou mais perante qualquer proposta de eventual negócio.

Tal como entre a fauna desses lugares menos pisados, um intruso poderia ser um malquerente, o subconsciente dos nativos assimilava uma natural intuição de defesa, receoso do mundo mais sabido e pronto para abocanhar a presa desprevenida.

Gente que, no entanto, conquistada a confiança nos interlocutores, sabia retribuir

e honrar, tornando fácil o relacionamento, embora sempre fiel ao instinto de uma certa astúcia, a que alguns chamavam manha, como nas pequenas transacções, nomeadamente das cortiças da sua produção.

Recordo que o meu pai, cliente de inúmeros pequenos produtores da serra, recebia em nossa casa a visita de muitos deles que vinham propôr a venda do seu próximo descortiçamento, que poderia demorar dois, três ou mais anos a concretizar-se.

Feito o negócio, um simples mas convicto aperto de mão honrava o bom nome dos protagonistas, tanto como a impressão digital do vendedor com tinta de carimbo numa folha azul de 25 linhas. De um ou outro modo, estavam criadas as condições para comprar, na próxima feira ou mercado, umas ovelhinhas, cabritos ou vitelos, cuja criação e venda seria rendimento acrescido.

Notava eu, entretanto, que habitualmente chegavam a nossa casa ao fim do dia, o que prolongava a conversa pela noite dentro. Ingenuidade a minha, perguntei ao meu pai o porquê da vinda tardia. Mas não teria necessidade da resposta se me tivesse escutado a mim próprio, inseparável amigo, tão caloiro como eu, mas já entendendo o sentido do provérbio “viver não custa; custa é saber viver”!

Era intuitivo que, vindo àquela hora, depois do negócio feito, seria inevitável o convite para jantar e para dormir, que o caminho de regresso era longo e a noite escura. Com o dinheiro no bolso e os projectos para as cabecinhas de gado no pensamento, o nascer do Sol no dia seguinte era testemunha dos pés ao caminho, que até parecia mais curto!

Projecto enjeitado

Entre os nativos do barrocal também sempre houve quem, no mundo dito civilizado em que, teoricamente, todos são iguais no saber, alguns se julgassem mais iguais do que outros e ultrapassassem um sadio comportamento.

Estávamos nos anos 70. Eu e mais três amigos, Sebastião Chaveca, Álvaro Botinas e Domingos Galego, em aditamento às profissões de cada um, resolvemos alinhar, por uma vez, numa actividade diferente que, na época, dava dinheiro: a construção civil.

Comprámos uma parcela de terreno que se estendia pelo serro acima, no sítio das Castanhas, com o moinho bem perto, lá acima. Dali via-se o mar, projectava-se um bom negócio conjunto, mas que, oficialmente, seria de iniciativa individual porque, cada um comprando $\frac{1}{4}$ do terreno e fazendo projectos separados, poderíamos obter autorização para construir quatro moradias, cujos lucros previstos seriam pertença de todos, em partes iguais.

Projectos feitos e aprovados na Câmara Municipal, contrato feito com a empresa de prospecção de águas “O Mocho”, estabelecida para lá do Coiro da Burra, na estrada de Faro, outros compromissos iniciais, enfim, tudo preparado para arrancar.

Surge, então, a Revolução de 25 de Abril e, com ela, a paralização de muitos trabalhos. Pela incerteza do futuro, resolvemos, em conjunto, não avançar, e esperar pela clarificação do que aí viria.

Entretanto, a fim de reforçar o património da minha empresa de materiais de construção, César Correia, Lda, e poder ter acesso a mais crédito bancário, “vendi” aquele meu bem pessoal à minha própria empresa. O mesmo é dizer que vendi e comprei a mim próprio o que era e continuou a ser meu, deixando tudo na mesma quanto ao projecto em comum.

Passado um tempo, surpresa das surpresas, recebi em carta registada, de um dos meus sócios na aquisição conjunta do supracitado terreno, a manifestação de interesse em exercer o direito de opção na compra da minha quarta parte, que eu “vendera” à minha empresa pelo preço de custo, portanto com perspectivas de boa valorização.

Consultei o Dr. Jacinto Duarte, notário, mostrei-lhe a carta que recebera, tendo obtido a resposta de que -“Nem vale a pena responder. O direito de opção não se aplica aos prédios urbanos. Logo que licenciado para construção, o prédio deixou de ser rústico!” Segui o conselho e não respondi!

Surpreendido e enfadado com a desistência deste parceiro na sociedade particular que havíamos feito, logo o meu conselheiro de todas as horas me acalmou, lembrando que a honestidade e o seu contrário não são um exclusivo da serra, do litoral ou do barrocal. Sugeriu, ainda, que colocasse o assunto no baú do silêncio. Concordei e agi, como sempre, de acordo com a sensatez do meu outro eu.

Diz-se que a experiência é a grande mestra da vida. Eu acrescentarei que não menos importante é atender o subconsciente, mentor e companheiro desde que nos conhecemos, avaliar as suas mensagens recheadas de bom senso. São estas, impregnadas na necessária

O Cinema



inteligência emocional, que aplainam e fazem do caminho a estrada do bem-estar.

Jaime Rodrigues Passos Pinto foi o grande impulsionador do cinema em São Brás de Alportel, onde nasceu a 09 de Março de 1904. O gosto pelo cinema vinha do avô que, com um seu irmão, já na década de 20, exibiam filmes mudos, diz-se que na adega do sr. João Pires, na Rua da Casa da Caridade, hoje Rua Sacadura Cabral. Jaime Pinto continuou a saga cinematográfica são-brasense num armazém da Rua Luís Bívar, adaptado a sala de espectáculos que conheci na segunda metade dos anos 40, quando era bilheteiro o senhor João da Cruz, e porteiro o senhor Albino.

Continuador do negócio da família na transição para o cinema sonoro, comprou, em 1928, uma nova máquina de projectar, adaptada às novas tecnologias e, em meados



dos anos 40, Jaime Pinto formou com José Ferreira e António Chaves, a empresa Royal Cine Sambrazense.

Com o desenvolvimento da vila, a velha sala foi ficando, naturalmente, inadequada para atender ao crescente nível das famílias e das melhorias verificadas noutros sectores, a que aquelas instalações já não correspondiam.

Homem de ideias e de convicções, fez nascer um novo projecto, moderno, ambicioso e digno. Rodeou-se das pessoas que considerou certas, António Dias de Sousa Correia, Francisco Correia Junior, Francisco Correia Sobrinho, Francisco Dias Neves, Joaquim Dias Rodrigues, José Ferreira, José Pedro Guerreiro, Manuel da Silva Barreira e Raúl

Inácio Diogo e, com eles, constituiu a Empresa Unidos, Lda.

Iniciada a obra em 1950, o São-Brás-Cine-Teatro, na Avenida da Liberdade, foi inaugurado em 21 de Dezembro de 1952, com o filme português *Duas Causas* em estreia nacional, exigência feita à produtora Lisboa Filme como homenagem à protagonista Mariana Vilar (nome artístico), de seu nome Lucinda Costa Alves Figueira, curiosamente uma são-brasense das Mealhas, que contracenou com Alves da Cunha e Artur Semedo naquela obra cinematográfica.

De outra geração, e talvez por ter sido mais militante cinéfilo do que estudante, em companhia do meu sempre amigo

e companheiro de quarto, Abílio João Gonçalves, enquanto alunos do Liceu Nacional de Faro, foi-me confiada a incumbência da escolha e da contratação dos filmes para exibição.

A planificação contemplava espectáculos ao domingo, tendo as famílias como alvo e dando preferência aos filmes dramáticos, comédias e cómicos. As sessões de quinta-feira eram dirigidas aos jovens adultos, com diferenciada preferência por aventuras e cow-boys.

Com o aparecimento da televisão a preto e branco, em 1957, e a cores, em 1980, a rentabilidade caiu e a empresa decidiu encerrar a actividade. Todavia, embalado pelo gosto doce de uma certa crença, que noutras áreas não passaram de experiências acres, propus-me continuar, sem encargos ou benefícios para a empresa proprietária. Aceite a minha proposta, rodeei-me de alguns amigos, Abílio Santos, Heliodoro Gonçalves, João Afonso, Marcelino Teixeira, Raúl Taveira da Silva, e fizemos uma sociedade particular. Todos colaborávamos, sem remuneração, no desempenho de cada missão e, no fim do ano, se houvesse lucro, era distribuído por todos em partes iguais.

Como era preciso reinventar, acrescentámos

mais a terça-feira, aí com programação especial para maiores. Era a época da pornografia...em cinema! Só que a difusão das vídeo-cassetes, nos anos 80, passou a deixar em casa muitos dos assistentes habituais, e a clientela reduziu.

Juntando as quebras de espectadores aos domingos e quintas-feiras, na medida inversamente proporcional à diversidade dos apelativos programas da televisão, foi com naturalidade que, nas contas anuais, o deve passou a ser maior do que o haver.

Com muita pena, pela indisponibilidade para o ainda fiel público são-brasense e pela minha sacrificada militância, escutei o meu mestre de sempre e a chave do cinema fez o percurso natural do regresso às origens.

Justificadamente, então, o São-Brás-Cine-Teatro foi vendido à Câmara Municipal, ao tempo presidida por António José Pires Bica, por escritura pública de 07 de Setembro de 1989. O preço foi de 40.000\$00, e a liquidação final, no valor de 20.000\$00, complementou as duas primeiras prestações de 10.000\$00.

Ainda no mesmo ano foi dissolvida a Empresa Unidos, Lda, terminando, assim, um século de vida activa da cultura cinematográfica são-brasense.

DIA DE ANIVERSÁRIO

29 de Outubro de 1929: cinquenta e três anos bem medidos pelo desfolhar das páginas dos calendários. Dia talvez de balanço do passado, do presente. Sim, porque o futuro é sempre aquela curva na linha da estrada da vida que nunca sabemos como contornar. Do mesmo modo como nunca sabemos quando será a última vez em que sopramos as velas do bolo mais ou menos açucarado que é a nossa existência. Por isso, não sabe que este será o último aniversário, que a tal curva do amanhã levará apenas pouco mais de seis meses a ser percorrida até desembocar no beco da morte.

Isto apesar de a morte pouco poder dizer quando há versos que nos impelem para a frente e que vivem nos outros depois de nós: “Versos! Haveis ainda versos ser / Quando o Poeta vão adormecer / Sob a campa, abraçado à sua mágoa...”¹

Bernardo pensa em tudo isto. Pensa nos poemas para crianças de *a Árvore e o Ninho* e em mais outros dispersos que talvez sejam irmanados pelo título “Refúgio”. Sim, a poesia é sobretudo isso, a almofada onde se adormecem as inquietações, porque são também elas a sua carne.

Ainda é cedo, o dia mal nasceu. Gosta de deambular ao alvorecer pelas ruas, de ver a aldeia a espreguiçar-se, a abrir as janelas para o novo dia: “Dormita a aldeia ao longo da verdura, / E, em torno, as fontes vão cantando

às mágoas.../

Assim tranquila, caiadinha e pura, / Parece um cisne de brilhante alvura, / Sonhando quieto no frescor das águas...² Ultimamente sente um estranho cansaço, acompanhado de desânimo. A sua sonhada e amada República, as voltas que deu! Quem diria? Após todas as lutas, vitórias, instabilidades no imparável carrossel que é a vida, um golpe militar há três anos, a democracia, a liberdade que tanto defendeu, a sucumbir sob o machado da tirania. Quem diria? Depois da euforia, do dia memorável que foi o 5 de Outubro de 1910, o dealbar da esperança. Da incerteza. E pelo mundo? Estamos ainda longe do universo das redes sociais e da internet; por isso, a informação corre lenta, ou estagna, escondida, escamoteada. A quinta feira passada ficou esculpida no mármore da História como “a quinta feira negra”. Na semana anterior, no dia 18, as bolsas de valores despenharam-se num autêntico abismo, o pânico eclodiu nesse dia 24 de Outubro, como um ovo de serpente: ruína de investidores particulares, dos bancos, primeiro nos Estados Unidos, depois pelos outros pontos do mundo industrializado, que sofreu a mais longa e profunda Depressão de sempre. Isto apesar de “sempre” ser advérbio com excesso de duração, a transbordar de futuro e a História uma moça caprichosa que gosta de ser ouvida, ainda mais quando é encoberta pelo opaco manto da amnésia.

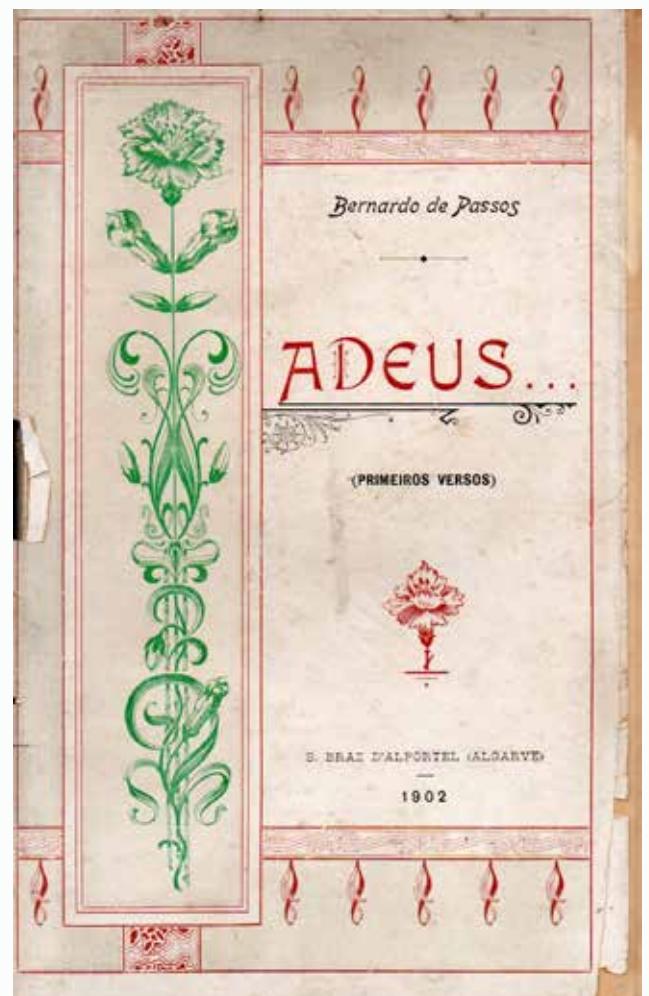
¹ Bernardo de Passos, *A Obra Poética*, Ed. Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1982.

² *Idem*, p. 82.

Mas a melancolia que invade o nosso poeta nesta segunda-feira ancora-se num universo mais íntimo, naquela nostalgia de sentir a corrida desenfreada dos anos, como ribeira imparável, presentindo uma foz próxima.

Quiseram dar-lhe uma carreira comercial como destino. Ainda experimentou o trabalho de farmacêutico em São Brás e em Lisboa. Mas as mezinhas para tratar o corpo não o seduziram. O seu reino era o da alma transfigurada no dorso dos versos. Após o nascimento da República foi nomeado administrador do concelho e comissário da Polícia de Faro por inerência de cargo. Neste momento, é Secretário da Câmara de Faro. Sim, para além do jornalismo, da magia da palavra, do amor à beleza, da ternura pelos mais desprotegidos, havia que atender à ditadura da sobrevivência e a todas as formas de que se revestia. Podia ter sido diferente a vida? Sem dúvida, mas não seria o que é, dos seus ramos não teriam germinado os frutos que permanecem, que ficarão, que irromperão noutros como as sementes espalhadas pelo vento.

Chama-se Bernardo Rodrigues de Passos. Hoje é o dia do seu último aniversário, mas de poesia será bordado todo o futuro.



Primeiro livro editado por Bernardo de Passos

O PAPA-FIGOS



Papa-figos – <https://lamosanatural.pt> (consultado em outubro de 2022)

Empoleirado num galho, no alto de uma árvore, o Papa-figos resmungava aborrecido. Estava farto daquela terra de inverno seco, onde não chovia nem chuscava. A passadeira não passava fome, mas aquele clima tropical não convidava a construir família.

Naquele dia, o Papa-figos estava irrequieto, numa ansiedade sem explicação. Ora se apoiava numa pata, ora noutra, sacudindo com impaciência as suas penas amarelas. Enervado, abria, vezes sem conta, as asas pretas e agitava

a cauda a condizer.

Foi nesse momento de inquietação que viu pousar, com a elegância das bailarinas, uma bem-disposta andorinha-dos-beirais. O seu vestido negro com gola e peitilho de renda branca dava-lhe um ar distinto. Numa voz educada cumprimentou-o:

– *Olá, amigo Papa-figos! Mas que tem? Parece doente!*

– *Nem me fale! Não me sinto nada bem aqui. Quero formar família, mas sinto que não*

estou no lugar certo – respondeu o Papa-figos com voz estridente.

– Calma, calma! Tudo tem solução. Em abril, já eu estarei a chegar à terra onde o Sol brilha todos os dias, os pássaros vivem em paz e há comida à farta, à fartinha.

– Custa-me a acreditar! Onde fica esse paraíso?

– Não é Paraíso, é Parises. Fica na Europa, junto ao Oceano Atlântico, no sul de um país chamado Portugal, exatamente na Serra do Caldeirão. Sabe? O lugar dos Parises espreguiça-se no alto de um monte e, no sopé, passa a Ribeira de Odeleite.

– Nunca ouvi falar. Mas nunca fui grande coisa em Geografia! – respondeu o Papa-figos mal-humorado.

– Mas isto não é uma questão de conhecimentos geográficos, amigo. É uma questão de sobrevivência, de biodiversidade. Na revista ASAS, não se fala de outra coisa. Como dizem, «É uma região que está na moda». É para lá que vão muitos pássaros nidificar, porque o clima é propício e a vida é mais segura – disse a Andorinha, com ar de professora.

– Parece fantástico... bom demais! Mas como poderia eu ir para lá? – perguntou o Papa-figos, com a voz mais animada.

– Nada mais fácil! As minhas comadres douradas, as Andorinhas-dáuricas, partem todos os anos destas terras de África e, entre março e novembro, vivem nos Parises. É lá que criam as suas famílias. Elas poderão ser as suas guias.

– Agora que tivemos esta conversa, não consigo pensar noutra coisa... Tenho de tentar.

Novamente inquieto – desta vez, pelo entusiasmo que sentia –, o Papa-figos foi apresentar-se ao bando de Andorinhas-dáuricas, e começaram logo a planear a viagem, numa agitação contagiante.

As sombras da tarde já alongavam formas, agigantando pedras, plantas e animais, quando, ali perto, um camaleão, tão verde como as folhas da árvore onde estava, abriu a enorme boca, num bocejo preguiçoso, e disse com voz de cana rachada:

– Amigos, se eu fosse assim tão impaciente, não conseguia alimentar-me.

O Papa-figos até pulou de susto. O verdíssimo bicharoco estava tão bem camuflado, que não o tinham visto.

– Ai! Se fôssemos insetos, tinha-nos papado, não? Francamente, devia ser proibido disfarçar-se assim tão bem... – gritou o Papa-figos, abrindo as asas negras.

Foi no começo de fevereiro, mal o Sol apareceu no horizonte, que o Papa-figos iniciou a sua primeira viagem para norte, no meio do bando de andorinhas-dáuricas. A família da Andorinha-dos-beirais partiria um ou dois meses mais tarde. As penas amarelíssimas do Papa-figos distinguiam-se ao longe, mas a alegria era a mesma no coração de cada ave. A beleza das paisagens fazia-o esquecer-se de respirar. A sensação de liberdade era tão intensa que parecia não caber naquele pequeno corpo. Apeteceu-lhe gritar ao mundo que estava feliz... e foi o que fez – o seu bico vermelho soltou um grito de felicidade tão sentido, que as companheiras de viagem gargalharam em uníssono.

A viagem durou vários dias, porque iam aterrando para descansarem, esvoaçando para se alimentarem, para se inteirarem das condições atmosféricas e verificarem as rotas.

No início de março, chegaram finalmente aos Parises. O Sol iluminava um mundo novo, quentinho e colorido. O azul do céu enquadrava não só milhares de verdes – um em cada tronco, cada planta, cada folha – mas também a explosão de cores e aromas que pintalgava todas as flores, como se o arco-íris

tivesse rebentado, inundando de alegria cada bocadinho de terra.

Por todo o lado, havia diferentes construções de ninhos. Aves, com palhas ou barro nos bicos, voavam atarefadas de um lado para o outro, empenhadas na criação dos seus lares. No ar, espalhavam-se doces notas de música, sinfonias de boas-vindas, despiques amigáveis ou apenas um cantarolar solitário, mas entretido.

Foi ao final da tarde que o Papa-figos pousou numa grande esteva, toda vestida de noiva. Entre curiosidade e felicidade, os seus sentidos confirmavam as palavras da amiga Andorinhados-beirais. Nesse momento, reconheceu todo o ambiente: fora ali que nascera; dali partira bem jovem. E logo recordou: para os figos estarem apetitosamente maduros, ainda faltava algum tempo.

Ali, reencontrou as águias-cobreiras, as águias-de-bonelli, os açores. Nas zonas de montado, reviu as cotovias-arbóreas, os rabirruivos-de-testa-branca, os chapins-de-poupa, as trepadeiras-azuis, os picanços-barreteiros, os pica-paus-verdes.

Já ao entrar da noite, reconheceu também uma coruja-das-torres. Corpulenta e majestosa como as de África, a sua máscara arredondada parecia protegê-la do seu jeito pouco sociável. Dormia durante o dia, mas à noite, emplumada de branco, voava em direção aos prados. Ninguém sabia aonde ia, nem o que fazia, nem quem eram os seus amigos. Sussurrava-se por ali que ela era uma antiga moura encantada: de dia era coruja, mas à noite era mulher. Outros diziam que, todas as noites, se transformava numa bruxa e caçava ratos para experimentar novas magias. Que tinha um ar misterioso, tinha! Disso, todos tinham certeza.

A vida naquele lugar era sempre uma festa. Podiam praticar desporto (voo a alta velocidade, acrobacias, ginástica rítmica, saque

aos frutos, caça ao tesouro...), estudar (técnicas de caça e pesca, defesa pessoal, línguas, canto, psicologia do inimigo e arte de bem-encantar, como enfeitiçar insetos e minhocas), frequentar bailes, assistir a passagens de modelos, concertos, espetáculos de dança... Foi numa destas ocasiões mais românticas que o Papa-figos conheceu uma fêmea da mesma espécie, a sua fêmea do coração, de penas mais esverdeadas do que amarelas. Viviam um dia de cada vez, sobretudo desde que passaram a ter responsabilidades de progenitores.

Porém, um dia, aconteceu o único incidente daquelas férias maravilhosas. Foi grave e podia ter tido consequências muito sérias, se não fosse a ajuda do Chico, um rapaz de dez anos, nascido e criado nos campos dos Parisés.

Em meados de maio, para a noite de lua cheia seguinte, os melros-pretos convidaram todas as aves da comunidade, tanto as residentes como as imigrantes, para um baile... um baile de máscaras. Todos os melros prepararam uma clareira, enfeitaram com grinaldas de flores os ramos dos medronheiros, das oliveiras, dos sobreiros, das azinheiras, das figueiras, contrataram os pirilampos para a iluminação e uma banda de cigarras e grilos para a música.

O Papa-figos mascarou-se de cuco. Famoso pelas suas cruéis piratarías, o Papa-figos pensava que, por esse motivo, todos admiravam secretamente aquela ave – ninguém o dizia, com medo de ser mal interpretado. O certo é que um melro-preto pintou as penas do Papa-figos mesmo no preceito, nem as riscas finas e escuras faltaram no abdómen branco. A fêmea do Papa-figos já se encontrava mascarada de pavão. Estava deslumbrante no seu disfarce de cauda longa, azul esverdeada, que de vez em quando abria num imponente leque. Era das máscaras mais vistosas do baile, pelo menos na opinião do Papa-figos.



Cuco-canoro – <https://www.biodiversity4all.org> (consultado em outubro de 2022)

Ora, foi já no final da noite, depois de muitas gargalhadas e muito divertimento, que um rouxinol-dos-caniços, farto de ser vigarizado por um casal de cucos-canoros, assim que pôs os olhos naquele cuco, sentiu vontade de lhe dar uma lição. Todos os anos, na primavera, o triste fado se repetia: ele e a sua companheira construíam um ninho com erva seca e perfumada, forravam-no com penas e folhas macias. Depois, diariamente, com amor, ela punha um ovo. De seguida, os malandros dos

cucos, aproveitando uma altura em que o casal procurava alimento, iam lá sorrateiramente, atiravam ninho fora o ovo dos rouxinóis e punham o seu nesse conforto roubado. Os ovos eram muito parecidos, e sem desconfiar que estava a ser enganado, o casal de rouxinóis chocava o ovo de cuco-canoro. Depois de nascerem, os passaritos depressa cresciam e comiam desalmadamente, levando os pais rouxinóis à exaustão, de tanto procurarem comida para os gigantes que acreditavam serem seus filhos. Só no terceiro ano

descobriram o ardil. Agora, cada ovo posto com amor seria vingado. Rapidamente, o rouxinol-dos-caniços passou da vontade ao ato – dar uma lição ao cuco do baile.

Tudo se passou num abrir e fechar de olhos. O Papa-figos mal teve tempo de perceber que estava metido em sarilhos. O último som que ouviu foram os assobios de raiva do pequeno pássaro enganado. Em poucos segundos, o mundo girou como um carrocel, escureceu, e ele ficou caído ao pé de uma marcela, só com as penas amarelas da cabeça e três penas negras na cauda.

Era quase meio-dia quando, no dia seguinte, o Chico, que andava a jogar à bola, o viu ali caído. A princípio nem o reconheceu, não parecia um pássaro, mas olhando bem... era um pássaro. Chico não conseguiu identificar a espécie mas, porque o seu estado era preocupante, levou-o para casa, colocou-o na caixa dos ténis novos, embrulhado numa meia de lã, e ficou ali muito tempo a olhar para ele, a desejar pô-lo novo só com o pensamento.

Quando o Papa-figos acordou, cheio de dores, muito almareado, sem saber onde estava, sem perceber o que lhe tinha acontecido, o Chico falou-lhe com muito carinho, e ele sentiu-se mais tranquilo e adormeceu. Teve pesadelos com minhocas gigantes que se riam dele às gargalhadas, mostrando dentes vampirescos, enquanto um enxame de mosquitos se preparava para o trespassar com os seus enormes ferrões.

Nos dias que se seguiram, acordava a todo o instante transpirado e quente e voltava a adormecer cheio de dores. Sem penas, o seu corpo arrefecia rapidamente, para logo o sentir novamente febril.

O Chico, sempre atento e cuidadoso, tapava-o com a meia, deitava-se no sofá e colocava-o entre a sua barriga e a camisola, muito aconchegadinho, para o aquecer.

Naquelas alturas, o Papa-figos sentia-se um bocadito melhor, mas as feridas eram graves, e as dores e os pesadelos não lhe davam tréguas. Já não sabia o que era pior, se dormir ou ficar acordado.

Entretanto, o Chico perguntou ao avô o que comia aquele passarito. O avô respondeu-lhe que comia minhocas, pequenos insetos e... figos, pois era um papa-figos. Então, todos os dias o rapaz lhe levava um bocadinho de figo, doce como o mel, e dois mosquitos, mas o passarinho continuava muito dorido e assustado, não lhe apetecia abrir os olhos, quanto mais comer. Nem forças tinha para abrir o bico.

O Chico começava a ficar sem esperança de o conseguir ajudar, quando, um dia, de manhã, viu que faltava um bocadinho de figo... A partir daí, o Papa-figos começou, aos poucos, a comer. Nasceram-lhe novas penas. Ficou mais forte e já conseguia voar. Aquela caixa onde esteve tanto tempo parecia-lhe, agora, uma prisão e, todos os dias, sonhava sair dali, voltar para o seu lugar junto da sua fêmea. O Chico é que não era da mesma opinião – sentia-se muito contente por ter um passarinho para cuidar. Estava tão feliz que nem percebia como o Papa-figos estava triste.

Foi o Bigodes que, sem querer, acabou por dar uma ajuda ao Papa-figos. Tal como o Chico, o felino também gostava muito de pássaros, e aquele parecia-lhe tão apetitoso! Levava horas a olhar para a caixa, a planear como haveria de o apanhar sem o Chico descobrir, a imaginar o sabor daquela bolinha de penas amarela. Esperou pacientemente, e um dia chegou a oportunidade: o rapaz esqueceu-se de fechar a porta da sala. Sempre atento, o gato Bigodes, de rabo alçado, pescoço esticado e olhar felino, levantou a tampa da caixa e atirou-se ao Papa-figos. Foi o fim do mundo... ou quase. A caixa caiu no chão, o Papa-figos tentou voar. Em voos aflitos e desorientados,

bateu no candeeiro e fez cair as molduras com as fotografias da família que estavam sobre a mesinha do canto. O Bigodes, no entusiasmo da caça, chocou com a jarra, que se estilhaçou em mil bocadinhos, deixando escorrer pelo chão água e flores. De caminho, derrubou também os tachos de cobre do lintel da lareira, os quais caíram no chão fazendo um barulho metálico ensurdecedor. Foi o suficiente para o Chico se aperceber logo de que o seu esquecimento fora a causa de tanto estardalhaço.

A avó, que também veio a correr do quintal, sem perceber o que se passava, não sabia o que fazer: se apanhar o Papa-figos, que esvoaçava em círculos pela sala; se enxotar o Bigodes, que corria atrás do pássaro; se acudir ao neto, que lhe pedia ajuda.

Nisto, a tentar perceber o porquê de

tamanha barulheira, o avô ficou, de boca aberta, parado na entrada da sala, e o Papa-figos, que pela segunda vez sentia a vida presa por um fio, aproveitou a porta aberta e escapuliu-se rápido como uma flecha. Parecia um raio de luz em direção aos sobreiros familiares. Um grande susto o privara da liberdade; um grande susto o devolveu à liberdade!

A caminho do outono, já outubro ia avançado, o Papa-figos – desta vez, no bando da sua espécie (as andorinhas-dáuricas só partiriam em novembro) – iniciou a viagem de regresso à África Tropical, para invernar.

Lá bem no alto, todas as suas aventuras e desventuras voavam consigo, na sua memória. Porém, por mais que pense, ainda não compreendeu a zanga do rouxinol-dos-caniços.

Noémia Pires

GENTE DOS MACHADOS

Parte I - António Madeirinha

NOTA PRÉVIA: Este trabalho dedicado ao acordeonista machadense, António Madeirinha, é o primeiro de outros a publicar com o título *GENTE DOS MACHADOS*.

O Sítio dos Machados, qual será a razão deste nome?

O machado está associado à limpeza e corte de árvores. E faz todo o sentido: aqui vive-se e sempre se viveu da terra; sementeiras de favas, griséus, chícharos, grãos; quase tudo culturas regadas pela chuva. O regadio começa a aparecer mais para o sul, quando nos aproximamos do Vale de Joio, terra plana, fértil, de vinhas, árvores de fruto e regadio, já na freguesia de Estoí, o que não impede que muita gente dos Machados, Vale de Galega, Monte de Trigo faça aí a sua horta. Dessa época ainda subsistem algumas noras e a Fonte Figueira, agora abandonadas. São as árvores menos exigentes de água que salvam o camponês: alfarrobeiras, amendoeiras, oliveiras e figueiras.

Machados, o sítio mais a sul do concelho de São Brás de Alportel, no limite com o de Faro, do qual já fez parte. Lembro a viagem até aos Machados com o meu pai, no Cucciolo, de São Brás, pela Nacional 2 em declive ainda suave fazíamos a primeira curva, agora uma rotunda, a saída para a Calçada; mais abaixo a curva do Txana; passávamos o que chamamos a Caleira onde ainda hoje se podem ver os restos dos



António de Sousa Madeira, 1903 – 1996.

antigos fornos de cal. A partir daqui era pura adrenalina, aproximavam-se as curvas da Gaifona com a ribeira do mesmo nome. O meu pai dizia que numa das casas sobranceiras às curvas vivia o Compadre João Gaifona. Aqui começa a minha dúvida:

– Foi o Gaifona que deu o nome às curvas e à ribeira ou o contrário, o habitante é que tomou o nome do local?

Era na próxima curva, desta vez suave, que nós virávamos à esquerda, numa descida inclinada até à ribeira, que atravessávamos, com mais ou menos água, conforme a época. Poucos metros à frente, depois de uma curva à esquerda, encontrávamos o Monte dos meus Avós Nunes. É daqui que iremos partir, deste monte, desta família, a minha família: a minha

avó Custodinha, o meu avô Manuel Nunes, a minha tia Inezinha e o Marcírio, seu filho, cujo pai tinha emigrado para a Argentina.

Ao chegarmos, dávamos logo de cara com o armazém que, nessa altura, me parecia bem grande. No entanto, era aí que o Marcírio tinha a sua barbearia e onde a minha tia procedia à troca do trigo que cada um tinha produzido pela farinha que o meu avô ia buscar a S. Brás, à moagem, onde hoje é a biblioteca. Seguiam-se a casa de habitação e as dependências, como todas as casas no campo. O comprido poial frente à casa era uma espécie de sala de visitas. Mais atrás ficava a casa da caldeira. Era a destilação do meu avô, que atraía gente das redondezas e até de mais longe pela fama que tinha, com as bestas carregadas principalmente de figos e medronhos. Recordo o cheiro daquela fruta a macerar em enormes dornas e pipas que, depois de destilada, dava aquele líquido tão puro, que escorria para o cântaro, a aguardente. Mais tarde, foi o neto, o Marcírio, que reanimou essa pequena indústria. Ainda guardo algumas garrafas de aguardente como recordação.

Lembro o almeixar como eu nunca vi nenhum assim: tínhamos que subir umas escadinhas para irmos estender os figos a secar em esteiras de cana, que eram enroladas ao fim do dia. A eira onde se debulhavam os cereais ficava na parte de trás da casa, um pouco mais afastada. Esse lugar da eira era especial para nós. Ainda me lembro que, à falta de distrações, em especial ao domingo, nos sentávamos nas pedras do valado que a circundava para, qual miradouro, avistarmos a estrada alcatroada por onde, de vez em quando, passavam os raros automóveis dessa época, as camionetas da carreira do Santos ou da Eva e as de carga, em especial as carregadas de cortiça que sempre achei que só por milagre não se voltavam nas curvas da Gaifona.

Saindo do monte dos meus avós, do outro lado do caminho, vivia a família Madeirinha. Os primos Madeirinhas, como ouvia a minha mãe dizer. Nos meios pequenos eram quase todos de família como a cantiga de Belo Marques de 1938 “na minha aldeia todos são primos e primas...”. Aqui nasce António Madeirinha, em 1903, um dos maiores acordeonistas, famoso não só no Algarve mas também no país e até no estrangeiro.

Nada indicava que o pequeno António, que ajudava o pai nos trabalhos do campo, se viria a dedicar à música. Porém, aos 18 anos compra um acordeão que ele diz ter custado quinhentos escudos, o que para a época, anos vinte, era um bom dinheiro. Como autodidacta, mercê de grande esforço, o acordeão deixou de ter segredos para ele. Intérprete brilhante e autor de uma vasta obra, enriqueceu o panorama musical algarvio, com destaque para o folclore.

Determinada a saber mais sobre António Madeirinha, visitei uma sobrinha neta, a Rosa Maria, que reconstruiu a casa de família. Hoje resta pouco da original, tirando o salão de entrada que foi um armazém que eu conheci e que me disseram ter sido, em tempos, uma venda. Fiquei a saber que António de Sousa Madeira, o Madeirinha, era, talvez, o mais novo de sete irmãos, cinco rapazes e duas raparigas, sendo uma deles, Catarina de seu nome, a futura avó, actual dona desta casa. O marido da Rosa Maria, José Lourenço, Oficial Superior da Marinha Portuguesa, aposentado, que eu conhecia por Zé Lopes (nome de família), cedeu-me um precioso texto em verso que compôs por ocasião do espectáculo de homenagem a Madeirinha, realizado no Teatro das Figuras, no dia 9 de Novembro de 2013. Estes versos, feitos despretensiosamente, contam a vida do artista desde jovem. Versos que, com grande mágoa do autor, não

chegaram a ser lidos no espectáculo, porque no caminho dos Machados para Faro deram conta que se tinham esquecido dos convites. Perderam tempo a voltar aos Machados e, quando chegaram ao sarau, já não puderam declamá-los.

Mas merecem ser dados a conhecer:

António Madeirinha

*Ainda adolescente
Numa noite de verão
Deitado na eira do monte
Apareceu-lhe defronte
Um amigo com acordeão
Que lhe pediu piamente
Se podia deixar então
O harmónio a seu cuidado
Para não ir tão carregado
Até sua casa distante.*

*Com o acordeão por custódia
Ficou a ele abraçado
Imaginou rapsódia
Esteve sempre acordado
Foi noite que não esqueceu
Porque com ela apareceu
Um talento em embrião
Que com muita dedicação
E trabalho esmerado
Um colossal artista nasceu.*

*Ao saber já dedilhar
Um harmónio foi comprar
Quinhentos escudos lhe custou
Quando aos amigos o mostrou
E o preço falou também
Viú que fora enganado
Pois o harmónio comprado
Não valia mais de cem*

*Isso o motivou porém
A negócio mais apurado.*

*Adquirido novo instrumento
Começou a mostrar talento
Em bailes e romarias
Dando grandes alegrias
Às moçoilas namoradeiras
Que ao dançarem na pista
Olhavam pró acordeonista
Desejando-o para seu par
Querendo arranjar maneiras
De com ele poderem dançar.*

*Acordeonista, cantor
Poeta, compositor
Em Lisboa e Paris agraciado
Elevada cultura musical
Por honrosa obra ter criado
Nos legou de sobremaneira
E pela grandiosa fama que detinha
Será sempre memorial
O António de Sousa Madeira
António Madeirinha.*

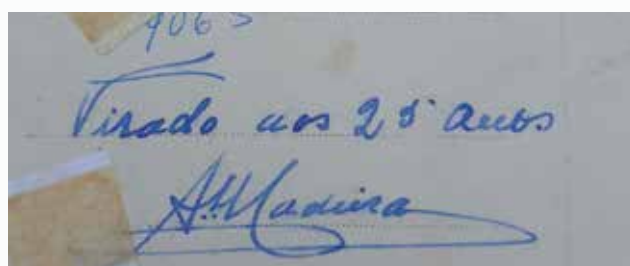
J. Lourenço

Faro, 9 de Novembro de 2013

O episódio da eira, relatado nestes versos, foi a semente para este talento adormecido, como o próprio Madeirinha o contou. No campo era normal, por causa do calor, dormir-se na rua, muitas vezes sobre os montes das alfarrobas, antes da sua venda. Consta que um irmão antes dele, o Francisco, tinha um pequeno acordeão escondido, mas não lho emprestava. Porém, quando ele se ausentava, aproveitava para tirar uns acordes.

Do que eu me lembro em pequena, o acordeão era o instrumento mais usado para bailes e Madeirinha, que parece nunca ter tido muito interesse pelos trabalhos do campo, foi nesses bailes que deve ter começado a sua actividade de músico, com que certamente terá juntado um bom pecúlio, que lhe permitiu encomendar em Paris um acordeão com o seu nome gravado, como se vê na fotografia. No ambiente que frequentava, bailes e festas era muito cobiçado pelas raparigas, tendo fama de namoradeiro. Acontece que, estando um dia a actuar em Almancil, viu uma rapariga que lhe chamou a atenção. Pediu para ser substituído e dançou toda a noite com ela, tendo acabado em casamento. Lembro-me dela, da prima Palmeirinha, como lhe chamávamos, assim como da sua morte precoce. O desgosto foi tal que António Madeirinha vendeu o acordeão. Outros dizem que unicamente se afastou por uns tempos dos espectáculos. Na verdade, o acordeão que usa mais tarde já não é o que aparece na fotografia dos 25 anos, com o seu nome. Consta que foi um sobrinho, emigrante, que, tendo visto numa montra em Paris um acordeão igual ao do tio, lho trouxe. Foi a partir daí que retomou o gosto pela música.

António Madeirinha vinha amiúde à casa que o vira nascer. Primeiro no tempo do sobrinho, Manuel Madeira, conhecido nos Machados por Blé Bonito, filho da irmã





O sobrinho, António Guerreiro Madeira
e as duas sobrinhas netas, Rosa Maria e Salomé, filha deste.

Catarina, que herdara a casa. Com a morte precoce deste, passou a vir sempre que a sobrinha vinha de férias aos Machados. Não lhe conheceram automóvel nem deve ter tido carta de condução. Deslocava-se numa motorizada ou de automóvel com um filho de uma outra irmã que vivia em Faro, ou quando o José Lourenço o ia buscar. Tinham longas conversas e gostava de ir através dos campos até à horta do Vale de Joio que lhe pertencera por herança. Tendo passado por Palmela, gostara tanto do sabor daquelas maçãs, que trouxera umas árvores ou enxertias para a sua horta. Aparecia sempre no tempo das maçãs e, sentado numa pedra, à sombra, com uma faquinha que sempre o acompanhava, saboreava-as.

O título de uma das suas obras, *Coração Sambrazense*, reflete o amor à terra que o viu nascer.

Também fui falar com único sobrinho vivo, já idoso, também chamado António, filho do irmão Manuel. Fui recebida gentilmente naquela linda casa de azulejos castanhos, a caminho de Faro, a seguir à Cancela. Consegui mais informações e uma preciosa fotografia do músico com 25 anos, também autografada.

A minha mãe falava muito dele e era amiga da sua primeira mulher, a prima Palmeirinha, que nós chegámos a ir ver à Tasca que ele explorou a partir dos 22 anos, durante 40 anos, na Rua Dr. Cândido Guerreiro, no cruzamento com a Rua Souto Mayor, em Faro. Foi um pouco mais abaixo dessa mesma rua que viveu até ao fim dos seus dias, numa casa de rés-do-chão, agora com ar de abandono, da sua segunda mulher, Maria do Carmo, a poucos metros do Limpinho. Contaram-me que no quintal dessa casa havia um limoeiro que teria de ser sacrificado por ocasião de obras de alargamento da casa, mas ele não o permitiu. E até veio o sobrinho de propósito dos Machados para o mudar de lugar. Eram as suas

raízes de homem do campo.

Servia no estabelecimento almoços e petiscos, que se prolongavam pela tarde fora, com música sempre presente, que reunia amigos e companheiros de profissão em verdadeiras tertúlias musicais.

Em Bordeira, terra de tradição do acordeão, era a segunda casa de Madeirinha, onde criou muitas amizades, em especial os dois grandes mestres do acordeão: José Ferreiro pai e João Bexiga pai, seu compadre, pois o filho deste, João Barra Bexiga, também acordeonista de renome, era seu afilhado. Ali participava em bailes e festas e também nas charolas da terra. Em 1981, como acordeonista da charola "Os Emigrantes", participou na edição discográfica dedicada às charolas do Algarve, com a composição "Menina Alegre".

Muitas vezes em Bordeira se lhes juntava Eugénia Lima, a chamada rainha do acordeão. José Lourenço recorda um dia em que estando Madeirinha nos Machados souberam que Eugénia Lima estava em Bordeira. Jantaram mais cedo e lá foram todos. Quando chegaram, havia uma grande mesa posta, com Eugénia Lima e os acordeonistas bordeirenses à volta. Foi festa pela noite fora, aproveitando para ir explorando novos acordes. A artista, grande amiga, gravou muitas músicas de sua autoria, assim como outros grandes nomes. Acontecia com frequência compor para outros acordeonistas, não se lhe conhecendo qualquer gravação.

A sua colaboração com o Rancho Folclórico de Faro durou até 1954. Nem toda a gente saberá que o corridinho "Alma do Acordeão" e o baile de roda (em parceria) "Ao nosso Algarve", obrigatórios em todas as actuações dos ranchos folclóricos algarvios, são composições suas, só para nomear as mais conhecidas.

Com o que recolhi através de conversas



*Uma das suas tertúlias.
Madeirinha de pé e Eugénia Lima a tocar.*



Prospecto de uma festa em Bordeira.



*Madeirinha com o seu afilhado,
João Barra Bexiga, também acordeonista.*

com familiares, da sua biografia no *YouTube* e da magnífica publicação, *“Terra do Acordeão: A Obra de António Madeirinha”*, de Hermenegildo Guerreiro e Nelson Conceição, por ocasião do espectáculo que lhe foi prestado no dia 9 de Novembro de 2013, no Teatro das Figuras, fiquei a conhecer melhor, além do seu enorme talento musical, aspectos da sua vida.

Na sua vasta obra encontramos cerca de 40 composições, em especial corridinhos; mas também há valsas, como é o caso de *Coração Sambrazense*, marchas, como *Marinheiro Sonhador*. Também existem fados, como *Restos de vida* e, como era moda na altura,

um tango, *Amor pela Vida*. Também lhe conhecem um vira, *Vira das Amendoeiras*, bailes de roda, *Baile de roda mandado* e estilos de charola.

Depois ter encerrado a sua tasca, o *“Café Carminho”*, no Alto Rodes, em Faro, que pertencia ao seu afilhado Virgílio Carminho, passou a ser o local onde António Madeirinha se juntava com amigos e colegas, entre eles o seu afilhado João Barra Bexiga. Era aí que Madeirinha, em verdadeiras tertúlias musicais, dava largas à sua diversificada veia artística ao cantar o fado. Ele era, na verdade, um artista muito completo: músico, compositor, poeta e cantor. Virgílio Carminho foi um exímio dançarino, para quem António Madeirinha compôs o corridinho, *Pró Carminho dançar*.

Em 1932, fez parte da delegação que representou o Algarve na Grande Exposição Industrial, no Parque Eduardo VII, constituída pelos melhores acordeonistas e pares dançadores do corridinho. Esteve ligado à criação da Orquestra Típica Algarvia e do Rancho Regional do Algarve, actual Rancho Folclórico de Faro.

Ao ouvir as peças executadas por vários acordeonistas no espectáculo em sua homenagem, fiquei encantada. Volta e meia vem-me à memória uma ou outra que me ficou no ouvido. Não é isso que revela a excelência da música?

E os títulos das suas composições? Atrevo-me a relacioná-los com a personalidade do artista, com momentos da sua vida e em especial o seu amor ao Algarve, à sua terra natal e à vida. O Algarve é uma constante nas suas composições: *“Noites Algarvias”*, *“Vira das Amendoeiras”*, *“Ao Nosso Algarve”*. Em festa e em *“Bailarico”* foi sempre grande *“Animador”*. Apesar da excelência da sua vasta obra, mesmo leiga no campo da música, são as duas composições que mais aprecio.

À terra que o viu nascer compôs “*Coração Sambrazense*”. O “*Feiticeiro*”, um dos seus temas, até pode ser ele mesmo, compositor de tão vasta obra musical e de tanta qualidade.

E aqui estamos nós “Recordando o Passado” deste talentoso machadense. As suas obras continuam a ser interpretadas, os seus corridinhos e bailes de roda cantados e dançados como ele os criou: *Ao Nosso Algarve / Do céu azul / Cantai cantigas / Lindas trigueiras do Sul /...*

Este trabalho sobre António Madeirinha pretende essencialmente dar a conhecer o aspecto humano do artista e os reflexos que teve na sua arte.

Refiro-me resumidamente à sua vasta produção musical, sobejamente conhecida e apreciada no meio artístico do acordeão, infelizmente pouco conhecida do grande público.

Espero ter-vos despertado o interesse em conhecer melhor a obra deste ilustre artista sambrasense, nascido nos Machados.

*Fiz este trabalho graças aos testemunhos de familiares de António Madeirinha, em especial de José Lourenço. João Leal, como vizinho de Madeirinha, falou-me sobre aspectos da sua vida. Foram essenciais a consulta da **Biografia de António Madeirinha** no YouTube e a publicação, por ocasião da sua homenagem no Teatro das Figuras, “**Terra do Acordeão: A Obra de António Madeirinha**”, da autoria de Hermenegildo Guerreiro e Nelson Conceição.*

Júlia Neves

Escrito de acordo com a antiga ortografia.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O ALGARVE NA IDADE MODERNA – II

Como uma Ermida deu origem a uma Aldeia

Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago e Comendador de Alcácer do Sal, cerca de 1237, convocou os seus confrades para que comparecessem em Aljustrel, o mais meridional de todos os castelos do Reino de Portugal. Foi aí que apresentou o seu projeto de lançar um ataque sobre o Algarve.

Mas, como a ideia do Mestre era arrojada, não foi bem acolhida devido à “graveza da pasagem da serra”.

Às limitações logísticas impostas pela serra do Algarve adicionava-se uma antiga rede de fortificações e castelos com os melhores aperfeiçoamentos técnicos ao tempo (como Silves e Paderne). Acrescia, ainda a dificuldade de acesso, dadas as escassas vias de penetração para Sul e o facto de o Algarve de então ser uma zona densamente povoada, pois os muçulmanos desalojados mais a norte, perante o avanço dos cristãos, aqui se teriam refugiado. A estes constrangimentos acrescia o facto de não haver garantia de os monges/cavaleiros terem o apoio do Rei para esta iniciativa.

A *Crónica da Conquista do Algarve* é o melhor e mais antigo documento existente sobre a conquista do Algarve. Embora com reserva de alguns historiadores (como Alexandre Herculano) e com alguns erros de pormenor, mostra-nos as voltas e atribulações da conquistado Algarve.

Trata-se de um documento encontrado tardiamente em Tavira, possivelmente escrito

por um freire de Santiago, bom conhecedor das tradições locais. É-lhe atribuída a data de 1340, mas pode derivar de uma fonte anterior.

A riqueza da *Crónica* deve-se às descrições das campanhas com algum pormenor, embora tenha uma cronologia insegura e pretenda exaltar a figura do Mestre. Apenas extrairemos e comentaremos parte do que nos interessa maioritariamente para o espaço ocupado atualmente pelo concelho de São Brás de Alportel.

Referiremos, ainda, que a ação de **Garcia Rodrigues**, um mercador que operava na fronteira com os “mouros” (viria a perder a vida em Tavira), e que “sabya todo ho reino do Algarve”, foi fundamental quanto à informação sobre a organização dos muçulmanos, das suas vulnerabilidades e dos caminhos que melhor atravessavam a serra.

De entre as várias deambulações dos cavaleiros da Ordem pelo Algarve situemo-nos no fracasso da tentativa de tomar Paderne. Na volta para Cacela, usando os caminhos do Barrocal, os cavaleiros do Mestre foram intercetados perto do sítio hoje conhecido por *Desbarato* no extremo sudoeste do atual concelho de São Brás de Alportel, por um grupo de muçulmanos, reunindo forças de Santa Maria de Faro, Loulé e Tavira.

O combate durou bastante tempo, até que os muçulmanos começaram a ceder aceitando a derrota, retirando-se para o vale do **Furadouro**.

Daqui poderemos observar que:



a) Nunca é referido o nome de São Brás, o que poderá significar a sua importância relativa;

b) Os muçulmanos conheciam bem o Barrocal e a zona da emboscada, hoje denominada *Desbarato* (nome com evidente exagero);

c) Perto deste sítio abundam ainda hoje denominações de origem muçulmana como *Bengado* (Ben = filho de), *Mesquita* (lugar de culto da religião muçulmana), *Alcaria* e outros;

d) Ainda hoje esta área tem, na sua maior parte, recursos hídricos acima do normal, o que tanto era do agrado da civilização muçulmana aí especialmente estabelecida;

e) Mas fundamentalmente referiremos que a escolha deste sítio para a emboscada, por parte dos muçulmanos, só se ficou a dever

ao seu perfeito conhecimento do sítio e da sua envolvência.

Estas referências na época da conquista do Algarve servem para nos situarmos acerca dos espaços que estavam ocupados pelos muçulmanos. Outros serão também de referir mais a norte, e ainda na parte oeste do atual concelho, como *Alcaria* (aldeia), *Almargem* (pradaria, campo), *Tesoureiro*, *Alportel*.

Abrimos aqui um parêntesis para esclarecer que o povoamento do sítio do atual *Alportel* é muito anterior ao povoamento do espaço atualmente ocupado pela vila de S. Brás. *Alportel* vem de do latim *portellus* (diminutivo de *portus*), que significa porto, portão ou porta, em evidente alusão ao seu posicionamento estratégico, como lugar de acesso à serra para quem se dirige ao norte. Também por aqui

passava a antiga via romana. O Al, esse sim é árabe (o, a) donde, retirando o hífen de Alportel, temos **Alportel**. O mesmo acontece para sítios à volta: Serro do Alportel, Alportel de Baixo.

A antiguidade deste sítio implica um povoamento, maioritariamente moçárabe, durante o domínio muçulmano. Com a conquista do Algarve, a população muçulmana foi diminuindo até dezembro de 1496, data do édito / decreto de expulsão dos “hereges”, isto é, Judeus e Muçulmanos. Foi-lhes imposto o prazo de até 31 de outubro de 1497 para que deixassem o país, ou se convertessem ao Cristianismo. Os Muçulmanos terão, em boa parte, optado pela migração para o Norte de África.

A esta migração não será estranha a crescente afirmação da Igreja Católica. À escolha do local não foi alheia, desde logo, a existência da “*fonte santa*”, onde, segundo a crença, São Brás¹ exerceria o seu poder de cura. Lamentável que este precioso património toponímico tenha sido também destruído em prol da referência a um bairro que fica a centenas de metros. Resta, milagrosamente, a toponímia *Pátio do Burguel* como prova dessa deslocação de oeste para este do

povoamento inicial, embora edificações recentes tenham cortado essa ligação histórica e o espaço haja sido, maioritariamente ocupado pelo Antigo Palácio Episcopal e suas zonas ajardinadas.

Convém referir que, durante toda a Idade Moderna, o sítio de Alportel pertenceu ao Termo² de Loulé e são inúmeras as suas referências que lhe são feitas nos estudos sobre Loulé desta época. Já as referências a São Brás (do Alportel) neste período não incluem o espaço do Alportel. Percebe-se melhor se acrescentar que, depois do reinado de D. João II, o termo de Faro pertencia à Casa da Rainha e o de Loulé à Casa do Rei, se bem que, mais tarde, tenha sido entregue a sucessivos nobres.

Obviamente que o espaço do atual concelho era povoado, essencialmente nos sítios atrás referidos, com forte ocupação nos trabalhos agrícolas e hortícolas, cumulativamente com alguma atividade artesanal. Não temos conhecimento de qualquer estrutura fortificada embora haja uma referência de A. H. de Oliveira Marques a uma “portella” sítio que ainda hoje existe.

Acrescente-se que, nos anos seguintes à conquista do Algarve, no espaço da atual vila, ainda não existia qualquer referência a alguma

¹ *Em latim, Blasius. O santo nasceu na cidade de Sebaste, na atual Arménia, nos finais do século II.*

Depois de ter assumido a profissão de médico, sentiu o chamamento de Deus, pelo que terá deixado a sua vida cidadã optando por uma modesta vida solitária. A sua fama de santo começou a espalhar-se e foi nomeado bispo. Mesmo como bispo continuava a viver numa caverna, vindo somente à cidade quando as obrigações de pastor o exigiam. Nas perseguições aos cristãos, Blasius é preso e negou-se a adorar deuses pagãos. Terá sido degolado no ano de 316. É conhecido como protetor contra as doenças da garganta.

Até ao século XI São Brás não entra no calendário litúrgico romano.

Na última fase do domínio visigótico, passagem do século VII para o VIII, assistiu-se a um fervor religioso para com ele, tendo a sua imagem tido forte aceitação. É comemorado a 3 de fevereiro.

² *Até à promulgação do primeiro Código Administrativo Português (7.1.1837) e praticamente desde o princípio da nacionalidade, entendia-se legalmente por Termo de uma cidade ou vila o conjunto das paróquias (depois chamadas freguesias para efeitos civis e administrativos), ficando a designação Paróquia a ser exclusiva das circunscrições religiosas. Podiam ou não, as paróquias e as freguesias coincidir em espaço de atuação, como ainda hoje acontece.*

aldeia ou ermida. Até ao século XV apenas há referências às “Terras de Alportel”.

Ermida por definição é “uma igreja ou capela de pequena dimensão, normalmente localizada fora das povoações ou em lugares ermos”. Assim o povoamento à sua volta seria escasso e a ermida inicial edificada pelos “fregueses”, seria de “madeira de castanho e o telhado de colmo”.

O povoamento do Algarve após a conquista pouco se alterou. A gente fidalga que acompanhou o rei na tomada de Faro, voltou ao Norte e à Ordem de Santiago foi concedido o domínio da parte do Sotavento do Algarve, genericamente falando.

Os moçárabes, agora, voltaram a ter liberdade plena do culto cristão e a maioria da população muçulmana dominada teria liberdade do seu culto, continuando nas atividades rurais. Apenas os tributos mudaram, embora continuassem os mais pobres a suportar o clero, a Ordem, a nobreza e as casas reais.

Poderemos acrescentar que a freguesia mais antiga de Faro é a freguesia de Santa Maria (atual freguesia da Sé), que estendia o seu domínio até à freguesia de S. Tiago da cidade de Tavira. Mais tarde, em junho de 1471, foi criada a freguesia/paróquia de Moncarapacho, por provisão do Bispo de Silves, sendo o seu território desanexado da paróquia

de S. Tiago de Tavira; ficou a pertencer ao Termo daquela cidade.

Quando em 1539, o Papa decretou a transladação da Sé do Algarve de Silves para a Igreja da Santa Maria de Faro, a Ordem de Santiago, padroeira da paróquia, teve de a passar para a de S. Pedro e com todos os privilégios e prerrogativas de que então gozava. Seria assim criada a freguesia de S. Pedro.

Sabe-se que a ermida³ existente em São Brás, “anexa” à Igreja de Santa Maria de Faro, foi visitada, em 1517, pelo Grão-Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho bastardo de D. João II, no interesse de se conhecerem as condições de vida e exercício do clero, estado de conservação do edifício e que alfaias litúrgicas possuía.

Seguiram-se outras visitas em 1534, 1554, 1565, 1591, 1604 e 1608.

Registamos a posição de Estanco Louro quanto à criação da freguesia de São Brás, ressaltando a “flutuação de conceitos” utilizados:

“...só em 1591, ordena o bispo D. Francisco Cano que, na Igreja de S. Brás, haja um sacrário, elemento indispensável para que uma igreja fosse matriz e formasse por isso uma freguesia, da concepção hodierna que, pêlo que vimos, não correspondia à antiga”.

³ Anexamos link da ficha de inventário da atual igreja (em 30.07.2022)

http://monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17040&fbclid=IwAR3EpFqrTLKRWpyqO0jhm52CulEgdPN-isYbtJjax4DuIVerqJJJRuO_fF4

Logicamente que, em cerca de 500 anos (1517 - 2022), os edifícios, nomeadamente os do culto religioso, sofrem inúmeras alterações nas suas estruturas, tanto internas como externas, especialmente os situados no Algarve sujeitos a tantos sismos. A arquitetura da atual Igreja Matriz de São Brás de Alportel tem sofrido várias campanhas de restauro, pois apresenta vestígios de diferentes formulários artísticos. Temos molduras barrocas, outras neoclássicas e outras de cronologia mais recente. Significativo é o facto de Francisco Lameira não a referir no seu trabalho sobre o Barroco no Algarve (depois de 1600 - até cerca 1760).

Em conclusão, diremos:

1. O atual espaço do concelho de São Brás de Alportel, nas épocas em análise, sempre foi povoado, sendo a água um fator determinante;

2. Nesse povoamento disperso e plural, diferentes povos ocuparam, condicionalmente, diferentes espaços;

3. O último espaço a ser maioritariamente ocupado é precisamente o que conhecemos hoje como tal e deve o seu desenvolvimento a uma ermida (fatores religiosos) e à ruralização verificada no Algarve nos séculos XVI e XVII, como vimos no anterior artigo.

A seguir:

O ataque, em 1596, a São Brás de Alportel, por tropas de Robert Devereux, "favorito" da rainha de Inglaterra, Isabel I e a pilhagem da biblioteca do Bispo do Algarve, em Faro.

VISITAÇÃO DA IRMIDA DE SAM BRAS

Visitámos a dita Irmida, a qual tem huma capella telhada de ripa com hum arco de pedra. E o altar hé de pedra e caall com a imagem de Sam Bras pyntada com seus mantees. E o corpo da Igreja hé cuberto de madeira de castanho e tem dous altares, hum da emvoaçam de Nossa Senhora e outro de Samta Catarina. E tem huma pia de bautizar com sua campãa. E tem hum campanairo com huma campãa. E huma campaynha piquena de comungar.

Titulo dos ornamentos da dita Irmida

Item, Huma cruz de paao com huma toalha.

Item, Hum trybollo d'arame.

Item, Huma caldeira d'agoa benta.

Item, Huma cruz de prata.

Item, Dous mantees usados.

Item, Hum pano pyntado de linho que estaa por frontall.

Item, Hum calez de prata que pesa hum marco, pouco mais ou menos.

Item, Mais sete mantees, amtre novos e velhos.

Item, Huma campãa e hum castiçal piqueno, velho.

Item, Duas galhetas d'estanho, novas.

Item, Duas pedras d'ara e dous livros .s. hum missall e outro bautisteiro.

Item, Duas vistimentas, huma de pano de linho, comprida, e a outra de pano de frandes.

Item, Huma cortina de linho.

(fl. 200)

Achámos por emformação que disso tomámos que os fregueses e moradores da dita Igreja a fizerão e edeficaram de novo e elles a corregem quando ho [h]já mester.

E tem a dita Irmida hum pomar d'arvores apegado com ella e humas casas junto com ella em que estaa o irmitan e mais tem hum çarrado d'oliveiras e azambujeiros que estaa alem da casa de Joham Vaaz.

*Relatório da Visitação da Ordem de Santiago,
em janeiro de 1518, à Ermida de São Brás.*

José do Carmo Correia Martins

DESTINO

AEROPORTO GAGO COUTINHO



O mítico avião supersónico Concorde no Aeroporto Gago Coutinho em 1990.

Chegámos pertinho de casa, ao nosso aeroporto, Aeroporto Gago Coutinho, na Arábia!

Em meados do séc. XX, um homem das arábias, o então Diretor de Aeronáutica Civil, o general Humberto Delgado, após o almoço na Pousada de S. Brás com autoridades distritais, dirigia-se ao campo da Arábia, na freguesia de Montenegro, Faro, onde ficou bem impressionado com as condições locais para a implantação de um aeroporto no Algarve, aprovado que foi o projeto de construção, em 1945.

E foi lá mesmo, na Arábia que, em 1962, se iniciou a construção, num sítio há pouco tempo assinalado com placa identificativa.

A 11 de Julho de 1965 era inaugurado o Aeroporto Internacional de Faro, grande acontecimento para a região e para Portugal. O Algarve subia ao palco do turismo mundial.

O Aeroporto não parou de crescer, acompanhando o aumento do fluxo turístico, tendo decisivamente contribuído para o desenvolvimento da região algarvia.

Em boa hora lançou o Dr. Tomás Nunes, na Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, a ideia de atribuir o nome do Almirante Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro, e não foi em vão.

Carlos Viegas Gago Coutinho foi outro homem das arábias, no mais alto e bom

sentido do termo. Há a certeza das suas raízes algarvias, embora os documentos oficiais digam que foi registado e batizado em Belém, Lisboa. Por outro lado, os testemunhos orais são perentórios em afirmar que é natural de São Brás de Alportel. Os mais velhos estavam convencidos desse facto.

O nosso prestigiado são-brasense Almirante Martins Guerreiro, homem de Abril e de boas causas, por ele bem conduzidas e mais bem sucedidas, deu o mote de saída à atribuição do nome de Gago Coutinho ao nosso Aeroporto, aquando do aniversário do nascimento do ilustre Almirante. A 17 de fevereiro de 2022, em volta da réplica do hidroavião Santa Cruz, em São Brás de Alportel, altas patentes da Armada e a comunidade são-brasense começavam localmente a celebrar o Centésimo Aniversário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, que decorreu de 30 de março a 17 de junho de 1922 e ligou pela primeira vez Lisboa ao Rio de Janeiro, no Brasil.

A iniciativa tomou asas, congregou boas vontades, arrastou assembleias e câmaras municipais algarvias em aprovações sucessivas, movimentou o apoio de cidadãos e fez eco no Governo central.

A Marinha esteve em peso nas comemorações do seu dia, 20 de maio, em Faro. São Brás de Alportel foi presenteado a 28, seguinte,

com um excelente concerto pela banda deste prestigiado ramo das Forças Armadas, ao qual pertenceram Gago Coutinho e Sacadura Cabral, mentores da Travessia, Património Mundial. Nos primórdios da aviação, com muita audácia, estes dois homens do mar deram um passo de gigante intercontinental.

Gago Coutinho, o navegador, adaptou o sextante náutico à navegação aérea e Sacadura Cabral, o piloto, inventou o corretor de rumos, indispensáveis para essa viagem e posteriormente utilizados nos aviões, em aperfeiçoamentos sucessivos, durante décadas. Foram homens da terra (notabilizaram-se como geógrafos), do mar e do ar. Heróis nacionais de craveira universal.

Muito se disse a respeito desta aventura aérea, recordada à minúcia pelos mais diversos meios de comunicação, em palestras, em exposições, que a nossa Biblioteca e Câmara Municipal apoiaram. A SBA- RC também, desde a primeira hora!

A 7 de Setembro de 2022, dia da cidade de Faro e do Segundo Centenário da Independência do Brasil, o Almirante Gago Coutinho foi, por fim, condignamente homenageado como patrono do nosso Aeroporto, que comportará alusivos espaços museológicos a cargo de Marinha Portuguesa.

José Manuel Antonino Belchior

OUTROS

(PEQUENOS APONTAMENTOS SOBRE
LIVROS, POESIA, PERSONAGENS, OLHARES,
MEMÓRIAS, IMAGENS...)

OLHARES

O DECLÍNIO DO SOBREIRO

Um pouco de história

É bem conhecido como a história de São Brás de Alportel está intimamente ligada ao sobreiro (*Quercus suber*) e à cortiça. Todavia, o auge das actividades ligadas à exploração da cortiça neste concelho pertence ao passado, não porque o valor desta matéria-prima se tenha depreciado, mas porque tem havido um progressivo declínio na produção associado ao declínio do sobreiro. Em muitas zonas, outrora densamente povoadas da Serra do Caldeirão, o sobreiro deu lugar a outras espécies, nomeadamente ao pinheiro-bravo, ou simplesmente à esteva. O problema do declínio não é particular do Algarve, mas aí tem consequências frequentemente mais severas do que noutras regiões do país, devido, pelo menos em parte, à fragmentação das propriedades e ao seu carácter acidentado, ocasionando uma maior dificuldade em as gerir adequadamente em comparação com os grandes montados alentejanos. A inexistência de cadastro, que persiste para muitos terrenos, só avoluma o problema.

A exploração dos povoamentos de sobreiros tem uma longa tradição em Portugal, que remonta ao século XIV, quando as primeiras medidas de protecção foram adoptadas, no reinado de D. Dinis. A exportação de cortiça para o Norte da Europa já existia antes da segunda metade do século XV, quando os direitos reais dos mercadores portugueses foram ratificados. A intervenção humana no desenvolvimento dos povoamentos de sobreiro (*Quercus suber*) manteve-se de maneira continuada até aos nossos dias. Baseia-se numa transmissão geracional de saber e

tradição que, se for interrompida, pode levar à ruptura da cadeia de manutenção e exploração, que obrigará a investimentos acrescidos para o seu restabelecimento. É um sistema muito particular e exigente, que contrasta com muitas práticas contemporâneas comuns, que visam um lucro rápido de qualquer investimento, independentemente da sua sustentabilidade e que conduz, a longo prazo, à prática da terra queimada. Investir de novo em plantações de sobreirais, esperando 25 anos por árvores adultas é um cenário cada vez mais improvável nos nossos dias.

Quem percorre caminhos ao longo de montados ou de outros povoamentos de sobreiros por esse país fora não pode deixar de constatar uma realidade, mais evidente do Centro ao Sul, mas já também presente em regiões mais a norte: vastas zonas deixadas vazias pela morte de muitas árvores, sobreiros em estado decrépito ou exibindo uma perda de vigor vegetativo. É uma mortalidade de proporções assustadoras que, naturalmente, preocupa muito os proprietários.

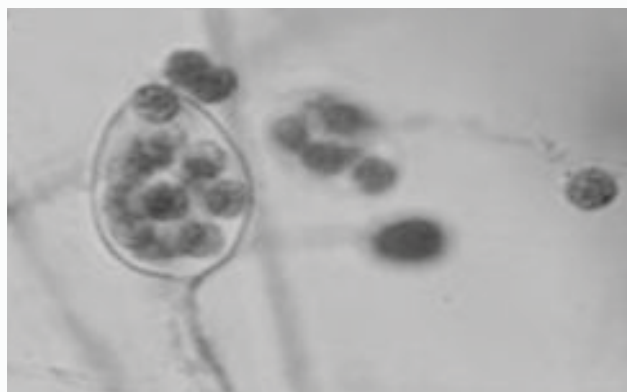
Já nos finais do século XIX foram assinaladas mortes de sobreiros sem causa aparente atribuída, mas com sintomas idênticos aos que hoje estão relacionados com a doença do declínio. A primeira hipótese de que se trataria de uma doença causada pelo mesmo agente patogénico (*Phytophthora cinnamomi*) que dizimava o castanheiro (a tinta do castanheiro) data já de 1927, foi elaborada por J. S. Tavares na revista *Brotéria* de Lisboa e é baseada na semelhança dos sintomas de declínio apresentados por ambas as espécies.



Aspecto do declínio na Serra do Caldeirão, numa zona outrora densamente povoada por sobreiros.
É visível o dieback, típico de uma doença radicular, confirmada pelo isolamento de *Phytophthora cinnamomi*.

Phytophthora cinnamomi é um organismo unicelular do solo muito semelhante, morfológicamente, na sua forma filamentosa, a um fungo, com o qual foi confundido durante largos anos até ser classificado na classe dos Oomycotas, com base em estudos mais recentes de Biologia Molecular.

Muito provavelmente com origem no Sudeste Asiático e presente em dezenas de países de clima tropical, subtropical e também mediterrânico, tem actualmente tendência a propagar-se para além destas regiões devido às alterações climáticas. Nos anos 40 do século passado, o investigador agrónomo



Observação ao microscópio óptico:

Durante o seu complexo ciclo de vida, Phytophthora produz esporângios (esquerda) libertando zoósporos (direita) flagelados que são as estruturas infecciosas.

A. L. Pimentel descreveu detalhadamente na revista *Agronomia Lusitana*, pela primeira vez, o isolamento de *P. cinnamomi*, a partir de sobreiros doentes. Estes trabalhos não despertaram a curiosidade científica e foram ignorados por técnicos e autoridades florestais. Só quase meio século mais tarde, nos anos 90 do passado século, foram tidos em consideração e retomados na Universidade do Algarve (UALg) pelo professor J. Ferraz, que foi pioneiro em Portugal dos estudos sobre a doença do declínio do sobreiro e com o qual estabeleci uma intensa e frutuosa colaboração.

Nos anos 80 do passado século, a crescente mortalidade dos sobreiros começou a preocupar seriamente os proprietários e, sob pressão destes, em 1989 foi tomada uma decisão governamental para efectuar um estudo visando determinar as suas causas. A Estação Florestal Nacional e a Direcção Geral das Florestas ficaram com essa incumbência e publicaram os resultados em 1992, sem terem chegado a conclusões tangíveis. Vale a pena recordar que as hipóteses anteriormente avançadas, tais como pragas, doenças da parte aérea, envelhecimento das árvores, práticas

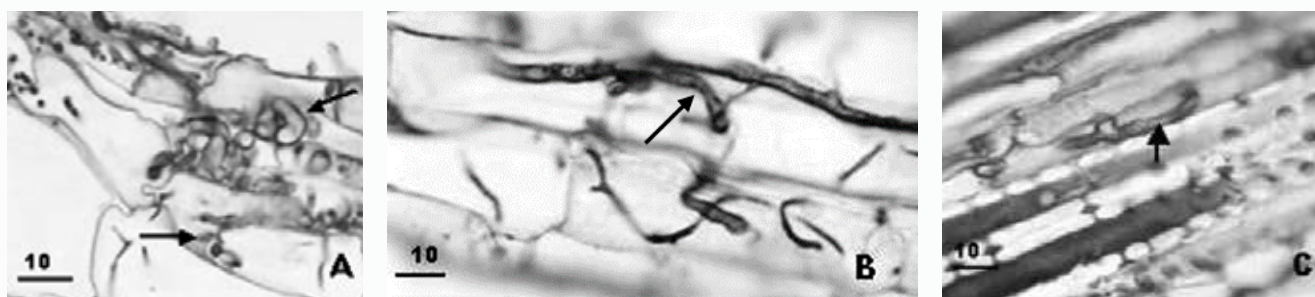
culturais inadequadas, longos ciclos de seca não apresentaram, neste estudo, correlação alguma com o declínio observado. Um indício de que se tratava duma doença radicular era a progressão em manchas dos sobreiros em declínio, sugerindo uma doença propagando-se no solo, mas não foi tido em conta. As observações concordavam com as que foram feitas em outras espécies afectadas pelo mesmo agente patogénico, tais como o eucalipto na Austrália e o castanheiro, nomeadamente no Norte da Península Ibérica.

Os primeiros estudos sistemáticos da causa do declínio, envolvendo a recolha de amostras de raízes e solo associado, começou na UALg, incluindo sobreiros em declínio na zona de Alportel em 1991 e estenderam-se, progressivamente, praticamente a todas as regiões de Portugal continental. Foi isolado das amostras, na grande maioria dos casos (que foram aumentando com o tempo), *Phytophthora cinnamomi*. Este agente patogénico causa necroses nas raízes finas e incapacita as árvores de absorver nutrientes e água, uma condição que foi relacionada com o chamado *dieback*, a desfoliação

progressiva que começa nas extremidades dos ramos, terminando invariavelmente com a morte da árvore. Afectando as raízes, torna as árvores mais susceptíveis a outros factores que contribuem para a sua morte progressiva ou de forma súbita. É um dos mais agressivos e invasivos agentes patogénicos que se conhece, infectando milhares de espécies vegetais, causando grandes perdas económicas em vários continentes e ameaçando os

ecossistemas associados, nomeadamente no caso dos sobreirais, particularmente ricos em biodiversidade.

A doença tem causado elevada mortalidade e deflorestações dispersas. Dadas as previsões de aquecimento climático com frequências acrescidas de fortes chuvas e secas prolongadas, é de esperar, em regiões até há pouco livres de *P. cinnamomi*, um surgimento e/ou intensificação da sua actividade.



Observação de tecidos de raízes de sobreiro infectados por *Phytophthora cinnamomi* ao microscópio óptico:

Os zoósporos enquistam e desenvolvem hifas (indicadas pelas setas) intra e intercelularmente através do parênquima cortical e também dos vasos do xilema.

Estudos visando controlar o declínio

Combate químico

Controlar um agente patogénico do solo é muito difícil, a sua erradicação praticamente impossível. É na Austrália que mais se tem investido no combate a *Phytophthora cinnamomi*, com resultados mitigados. Um fungicida químico muito utilizado, um fosfito de potássio que ataca o fungo e estimula uma reacção de defesa foi aplicado na forma de pulverização por avião sobre eucaliptos, mas

não é ecologicamente muito recomendável. Em Portugal, também foi utilizado experimentalmente fosfito de potássio ou de alumínio. A grande escala torna-se económica e ecologicamente inviável. A longo termo não resolve o problema.

Outras alternativas são o controlo biológico ou genético.

Desenvolvimento de ferramentas genéticas para o melhoramento

A longo prazo, o combate ao declínio do sobreiro e a estabilização dos ecossistemas associados passa, no nosso entender, pelo melhoramento genético direccionado para a resistência a *P. cinnamomi* e resiliência a condições climatéricas extremas. Os nossos estudos mostraram, em experiências de infecção controlada a diferentes tempos, e recorrendo pela primeira vez a uma análise do transcritoma¹ do sobreiro, que as suas raízes sobre-exprimem genes de defesa contra o ataque por *Phytophthora cinnamomi*. Podemos perguntar porque são, então, susceptíveis ao agente patogénico. Será um esboço de defesa insuficiente ou tardio? Mais estudos seriam necessários para melhor compreender os mecanismos de defesa e poder implementar estratégias visando o melhoramento genético. Os primeiros passos nesse sentido foram dados na UAlg por T. Jung, um dos maiores especialistas do mundo em *Phytophthora*, que no âmbito dum Projecto Exploratório de um ano (!) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pesquisou em florestas naturais de Taiwan, espécies de *Quercus* resistentes a *P. cinnamomi* e que coevoluíram com o agente patogénico nesta região, considerada o centro de origem tanto de *Phytophthora* como do género *Quercus*. A coevolução das duas espécies ao longo de séculos indicia a aquisição duma resistência do hospedeiro ao agente patogénico. Foi encontrada, efectivamente, uma espécie de *Quercus* (*Quercus variabilis*) sem sintomas de doença,

co-habitando com *P. cinnamomi*. *Quercus variabilis* é chamado o sobreiro chinês, pois produz cortiça, se bem que de medíocre qualidade. É uma espécie interessante para ser estudada, pois tem semelhanças com o sobreiro e apresenta, todavia, elevados níveis de tolerância a *P. cinnamomi*, como mostraram os resultados obtidos em ensaios de patogenicidade em condições controladas, em estufas da UAlg. É, pois, uma espécie prometedora que deveria ser sujeita a investigações mais detalhadas. A comparação qualitativa e quantitativa das reacções de defesa em ambas as espécies, *Q. suber* e *Q. variabilis*, esclareceria se usam vias de defesa idênticas e se possuem uma iniciação mais rápida da defesa (indicadora de um reconhecimento mais prematuro do agente patogénico) ou se níveis de expressão mais elevados (indicadores de uma resposta de defesa mais forte) são a chave da tolerância de *Q. variabilis*. A identificação dos genes envolvidos na resposta de defesa contra *P. cinnamomi* e responsáveis pela tolerância de *Q. variabilis* poderia resultar no desenvolvimento de marcadores moleculares a ser usados para identificar indivíduos da espécie *Q. suber* naturalmente tolerantes / resistentes. Além disso, viabilizaria uma abordagem de transformação genética de *Q. suber* susceptível de conferir resistência a *P. cinnamomi*. Assim, *Q. variabilis* serviria como doador de genes de defesa num programa de melhoramento da resistência. Esta abordagem já foi aplicada a uma espécie da família *Fagaceae* (a que pertencem os *Quercus*), o castanheiro americano, utilizando hibridações controladas com castanheiro chinês altamente resistente

¹ Conjunto completo de transcritos (em particular, os RNA mensageiros). É o reflexo directo da expressão dos genes.

e resultou em castanheiros híbridos resistentes a uma doença (causada pelo fungo *Cryphonectria parasitica*) que devastou o castanheiro americano. Uma abordagem semelhante foi utilizada para melhorar o castanheiro europeu, efectuando hibridações com castanheiros asiáticos resistentes à doença da tinta causada por *P. cinnamomi*.

Todavia, apesar de os objectivos do Projecto Exploratório terem sido completamente atingidos, o projecto que submetemos para iniciar o programa de melhoramento não obteve financiamento, deitando por terra todo o trabalho exploratório que resultou em pura perda, desperdiçando-se uma oportunidade de progresso determinante para o desenvolvimento de ferramentas genéticas essenciais para o conhecimento e melhoramento da árvore ícone do nosso país.

Seleção e produção de resistentes / tolerantes para o melhoramento genético

A procura de sobreiros naturalmente tolerantes / resistentes foi um objectivo que prosseguimos no âmbito de um programa do Fundo Florestal Permanente e de um projecto transfronteiriço (INTERREG). Com eles lançámos os alicerces para poder desenvolver os estudos de melhoramento baseados na polinização controlada. Em áreas de declínio e em solos infestados, observámos sobreiros em bom estado sanitário rodeados de outros severamente afectados, o que sugere a existência dum fundo genético na base duma tolerância natural a *P. cinnamomi*. Ensaios de estufa e de campo realizados durante 6 anos com a descendência de 160 famílias de sobreiros, em solos infestados com o agente patogénico, permitiram classificar estas famílias em relação à tolerância.

Para implementar um programa de

melhoramento, inevitavelmente longo, nesta espécie de crescimento lento que é o sobreiro, certos requisitos têm de ser cumpridos. Antes de se proceder a cruzamentos controlados para verificar se as características de tolerância / resistência potenciais da descendência são herdadas dos progenitores, uma análise de paternidade tem de ser efectuada. É uma tarefa extremamente exigente, pois as árvores polinizadas pelo vento (como é o caso do sobreiro) são de reprodução panmítica, isto é, estão sujeitas a cruzamentos aleatórios, sem restrições, todos os indivíduos da mesma espécie são parceiros potenciais numa vasta escala espacial que pode atingir 30 km. Para remontar à origem do grão de pólen que fertilizou e deu origem a uma semente cuja germinação resultou num indivíduo tolerante / resistente, é necessário identificar o progenitor masculino através de técnicas de atribuição de paternidade. Estas recorrem a sequências específicas de DNA, chamadas microssatélites. Resumidamente, realizámos um estudo preliminar em três povoamentos de sobreiro topograficamente distintos, no Alentejo não longe de Almodôvar, na Serra do Caldeirão e na província de Huelva, analisando o DNA de árvores a uma distância até 170 m à volta de uma árvore-mãe. Em Almodôvar, conseguimos identificar os progenitores masculinos de 1/5 dos descendentes (resultando da germinação de sementes colhidas da árvore-mãe), analisando o DNA de 41 potenciais progenitores. O estudo mostrou a viabilidade da abordagem para encontrar o doador de pólen dentro de um determinado raio à volta duma árvore-mãe conhecida. Os passos seguintes consistiriam em alargar o raio do escrutínio para identificar um maior número de potenciais progenitores e aumentar o número de marcadores polimórficos (microssatélites), em relação aos 13 que foram utilizados, para

ganhar em precisão. Afinados estes parâmetros e seleccionados os descendentes de uma mãe (que foi, por sua vez, previamente seleccionada) mais tolerantes / resistentes, e identificados os doadores do pólen que lhes deu origem, poder-se-iam realizar polinizações controladas para propagar indivíduos, todos eles potencialmente tolerantes / resistentes. Evidentemente que esta característica teria de ser confirmada e novas gerações criadas, incluindo as descendentes de retrocruzamentos, o que implica a elaboração de um projecto a longo prazo, em vez de pequenos projectos muito limitados no tempo.

Conjugada com a exploração das ferramentas genéticas a desenvolver, esta abordagem, visando o melhoramento de *Quercus suber* para a resistência a *Phytophthora cinnamomi*, afigura-se-nos como a única sustentável a longo prazo para combater o declínio dos ecossistemas do sobreiro e, de maneira mais lata, dos *Quercus* Ibérico.

A abordagem descrita contou com a colaboração e financiamento parcial do *Southern Institute of Forest Genetics* (SIFG) Saucier, Mississippi, e da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD). A FCT não financiou os desenvolvimentos que se impunham para progredir na direcção do objectivo final. Por outro lado, o melhoramento a longo prazo obrigaria a definir um plano concreto ambicioso e de grande alcance temporal, o que a experiência mostrou estar fora do âmbito dos responsáveis políticos pela Ciência em Portugal.

Ferramentas genómicas fiáveis, a desenvolver à semelhança do que foi feito com o castanheiro americano, poderiam ser aplicadas com vista a circunscrever os problemas do sobreiro, incluindo o da adaptação às alterações do meio ambiente,

e a resolvê-los. O horizonte temporal é demasiado longo, está fora do horizonte programático dos decisores que tutelam a Ciência. Não diria da bolsa, pois actualmente há dinheiro para tudo, desde que a obra seja rápida e vistosa. Mas o sobreiro é muito lento, leva mais tempo a dar fruto que o homem a se tornar adulto e não dá frutos políticos. Sofre quem vive da produção de cortiça, mas isso está fora dos olhares mediáticos, persiste e dura, mas esquece-se.

Controlo Biológico

Uma abordagem inteiramente diferente recorre à acção antagonista de um organismo que suprime ou interfere no crescimento e actividade de um agente patogénico de planta. Uma planta com este potencial antagonista de *Phytophthora cinnamomi* é a marioila (*Phlomis purpurea*) da família Lamiaceae, espontânea e natural do Sul da Península Ibérica e de Marrocos. É uma planta conhecida de muitos algarvios pela utilização, no passado, das suas folhas, que têm propriedades detergentes surfactantes, pois são ricas em saponinas, substâncias formadas de uma parte hidrofílica e de outra lipofílica (permanecendo, pois, simultaneamente na água e na gordura).

Ao estudar, na UAlg, plantas do Algarve resistentes a *P. cinnamomi*, apercebemo-nos que a marioila, em particular, em ensaios de estufa, quando plantada em vaso junto a uma espécie susceptível, como o sobreiro, a protege da infecção e reduz a quantidade do agente patogénico. Neste estudo, financiado pela FCT, mostrámos, ainda, que extractos das raízes da marioila inibem o crescimento de *P. cinnamomi*.

Um composto (um novo nortriterpenóide²), isolado e caracterizado quimicamente é exsudado pelas raízes da planta e inibe o crescimento de *P. cinnamomi* e de outras espécies de *Phytophthora*, assim como de células cancerosas humanas. A planta

segrega, pois, para a rizosfera uma substância química que inibe a acção de *Phytophthora* spp. É comum as plantas comunicarem quimicamente através das raízes e não é de excluir que outras substâncias sejam exsudadas e inibam outros agentes patogénicos do solo.



Marioila crescendo espontaneamente num terreno perto de Moncarapacho

² Classe de compostos orgânicos naturais derivados dos terpenóides, que são metabolitos secundários de plantas, possuindo, frequentemente, actividade farmacológica.

A etapa óbvia seguinte foi avaliar a potencialidade da marioila para proteger o sobreiro da infecção, num ensaio preliminar de campo realizado na Serra do Caldeirão, em que a planta foi plantada, junto de landes de sobreiro, num terreno naturalmente infestado por *P. cinnamomi*. Após 25 meses, o estado sanitário dos sobreiros que vingaram foi avaliado, incluindo as raízes e a parte aérea, tendo resultado numa protecção significativa em relação à parcela de controlo em que os sobreiros foram semeados na ausência de marioila. Estes resultados motivaram-nos a propor um projecto mais amplo, numa clareira infestada por *P. cinnamomi* rodeada por sobreiros em declínio, para averiguar se a *P. purpurea* consegue erradicar dessa área

o agente patogénico. No caso afirmativo, a marioila poderia ser usada para “limpar” terrenos da doença, previamente a uma futura sementeira ou plantação de sobreiros. Considerando que resultados tão promissores e importantes mereciam ser testados a uma escala alargada e, na ausência de financiamento, iniciámos, numa base voluntarista e com a colaboração do esclarecido proprietário duma herdade alentejana, um ensaio de campo que decorre há dois anos. Apesar das limitações que um trabalho deste género, sem o necessário enquadramento logístico em recursos humanos e materiais, comporta, esperamos que tenha valido a pena e que o futuro nos contemple com políticas de Ciência mais esclarecidas.



ALFREDO CRAVADOR

Licenciou-se (1972) e doutorou-se (1976) em Química na Université Libre de Bruxelles (U.L.B.). Foi investigador e docente na Universidade FUNDP (Namur) e investigador na U.L.B. Em 1992 tornou-se professor na Universidade do Algarve (catedrático desde 1996) e dirigiu projectos visando o controlo genético/biológico da doença do declínio de sobreiro, e, na área animal, a caracterização genética de pequenos ruminantes de raças autóctones nacionais e, ainda, a caracterização genética e morfológica de raças bovinas autóctones nacionais, nomeadamente a de uma população bovina de raça algarvia extinta e que resultou num projecto actual de recuperação desta raça. Está jubilado desde 2013.

Alfredo Cravador (0000-0002-9831-9815) (orcid.org).

NOVA AUTORA DESTA EDIÇÃO



NOÉMIA DE SOUSA CAVACO PIRES

Nasceu nos Parises, um pequeno e acolhedor lugar da serra, no concelho de São Brás de Alportel, a 22 de abril de 1966.

Ao terminar a escola primária nos Parises, continuou os estudos em Faro. Em 1986, concluiu o Curso do Magistério Primário e desde então que é professora do 1.º Ciclo.

Licenciou-se em Educação, na área da Administração Escolar e Administração Educacional.

Foi Assessora da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas no ano letivo de 2010/2011. De 2011 a 2018, foi Adjunta da Diretora do mesmo agrupamento de escolas, do qual é Subdiretora desde 2018.

É apaixonada pela serra e pelas suas gentes. «Não sei se é da brisa fresquinha que brinca com o meu cabelo, se do perfume dos montes, do silêncio da noite ou do grito tranquilizador da coruja, mas é aqui, neste cantinho da serra, que me perco e me encontro, é aqui que pertenço.»

*É aqui, neste cantinho da serra,
Que me perco e me encontro,
É mesmo aqui que eu pertenço!*

Ilustração de José Amândio Afonso Pereira

ESTATUTO EDITORIAL

- **SBA Revista de Cultura** nasce da vontade de um grupo de são-brasenses profundamente empenhados em preservar a identidade são-brasense.
- **SBA Revista de Cultura** propõe, por isso, a reflexão sobre o que consubstancia essa identidade, que está na base da elevação de S. Brás de Alportel a concelho em 1914.
- Os responsáveis por **SBA Revista de Cultura** comprometem-se, por isso, a investigar e a dar a conhecer todos os componentes dessa identidade, consubstanciados amiúde na expressão 'património cultural'. O artesanato, os ofícios e mesteres tradicionais, o diligente aproveitamento dos recursos naturais na óptica da sua valorização, as lendas e tradições orais, as festividades, enfim, essas e as demais componentes do património e da memória colectiva serão privilegiadamente acarinhadas.
- **SBA Revista de Cultura** compromete-se a defender a sua autonomia em relação ao poder político e a ser independente de todos os poderes.
- Será timbre de **SBA Revista de Cultura** o apoio a todas as iniciativas que se integrem nos seus objectivos.
- **SBA Revista de Cultura** não visa fins lucrativos e compromete-se a respeitar o código deontológico que rege as publicações periódicas.
- É intenção dos promotores que **SBA Revista de Cultura** tenha periodicidade semestral, a coincidir com o aniversário da criação do concelho e com o período natalício.

DIRETOR

José d'Encarnação

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José do Carmo Correia Martins
José Manuel Antonino Belchior

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Alfredo Cravador (Convidado)
César da Luz Correia
Dora Nunes Gago
Gonçalo Duarte Gomes
José do Carmo Correia Martins
José d'Encarnação
José Manuel Antonino Belchior
José Manuel Varela Pires
Júlia Neves
Noémia Pires

CAPA E OUTRAS ILUSTRAÇÕES

José Amândio Afonso Pereira

PAGINAÇÃO

Stefanie Boucinha

TIRAGEM

150 Exemplares

PERIODICIDADE

Semestral

N.º DE REGISTO NA ERC

127504

PROPRIETÁRIO/EDITOR

José do Carmo Correia Martins
as1646267@sapo.pt

SEDE & REDAÇÃO

José do Carmo Correia Martins
Sítio do Farrobo, 956 A
8150-032 São Brás de Alportel

IMPRESSÃO

Pixartprinting
Via 1º Maggio, 8
30020 Quarto d'Altino VE
Itália

S B A

REVISTA DE CULTURA

É uma Revista livre suportada apenas por um grupo de cidadãos, maioritariamente com origens são-brasenses empenhados na divulgação das tradições, história, comportamentos e conhecimento da memória do concelho de São Brás de Alportel



ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ AMÂNDIO AFONSO PEREIRA